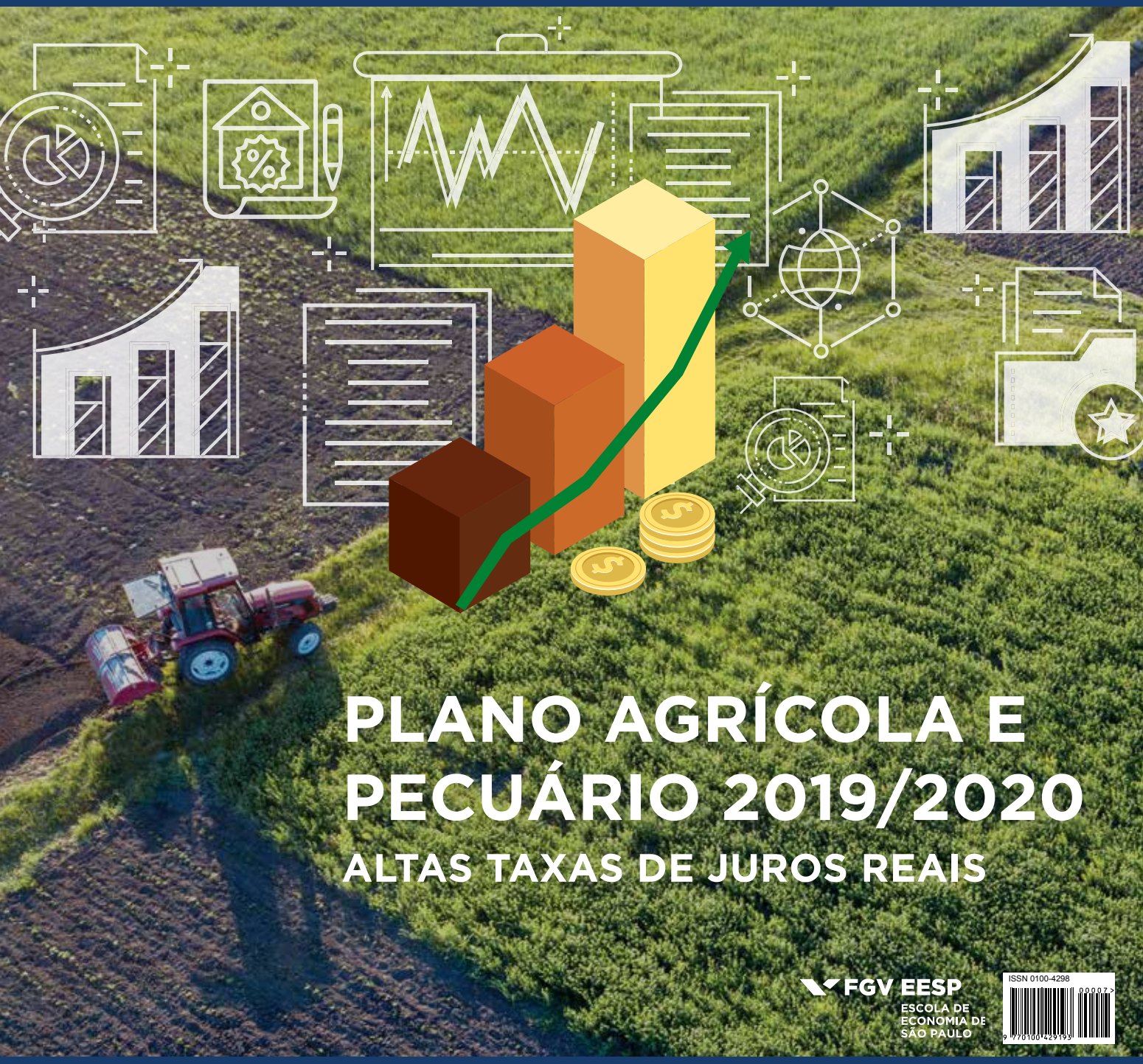
AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL. 39 | Nº 07 | JULHO 2019 | R$ 15,00



PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO 2019/2020

ALTAS TAXAS DE JUROS REAIS

FGV EESP
ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO

ISSN 0100-4298

CANA PARA PRODUTOR, ARRENDAR É MELHOR

CONFINAMENTO PROJEÇÕES APONTAM LUCRO

FINALMENTE, MERCOSUL E UNIÃO EUROPEIA FECHAM ACORDO COMERCIAL HISTÓRICO

Seguros Agro

Toda a proteção que seu agronegócio precisa.



morya.

Oferecemos seguros adequados às necessidades do campo para proteger a sua produção e o seu patrimônio. Sabemos que quem produz tranquilo produz muito melhor e estamos ao seu lado para você obter grandes resultados.

Contrate um seguro com a gente.
Fale com o seu gerente e saiba mais.

Sicredi

sicredi.com.br / SAC - 0800 724 7220 / **Deficientes Auditivos ou de Fala -** 0800 724 0525. **Ouvidoria -** 0800 646 2519.
Esta peça contém informações gerais e indicativas dos produtos intermediados pela Corretora de Seguros Sicredi LTDA; CNPJ 04.026.752/0001-82, registro SUSEP nº 10.0412376.
Verifique à integra das condições gerais, bem como o registro dos respectivos planos junto à SUSEP diretamente no sítio das seguradoras parceiras.

FGV

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou
Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidente: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Ernane Galvêas,
José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Aldo Floris, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto

CONSELHO CURADOR
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Andrea Martini (Souza Cruz S/A), Antonio Alberto Gouvêa Vieira, Eduardo M. Krieger, Estado da Bahia, Estado do Rio de Janeiro, Estado do Rio Grande do Sul, José Carlos Cardoso (IRB-Brasil Resseguros S.A), Luiz Chor, Luiz Ildefonso Simões Lopes, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Miguel Pachá, Murilo Portugal Filho (Federação Brasileira de Bancos), Pedro Henrique Mariani Bittencourt, Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Willy Otto Jordan Neto
Suplentes: Almirante Luiz Guilherme Sá de Gusmão, General Joaquim Maia Brandão Júnior, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Rui Barreto, Sergio Lins Andrade

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-EAESP: Luiz Artur Ledur Brito

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Cleber Guarany, Marcelo Weyland Barbosa Vieira, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor Executivo: Luiz Antonio Pinazza
Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felippe Cauê Serigati
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Capa: Patricia Werner, Fernanda Carvalho, Julia Travassos
Projeto Gráfico: Maria João Macedo [Atelier Lola]
Arte: Alexandre Monteiro
Revisor: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Viviane de Carvalho
Coordenador da Produção Editorial: Evandro Faulin
Publicidade/Comercial/Assinatura: Viviane de Carvalho

Av. Paulista, 1.294, 15º andar,
Tel.: (11) 3799-4104 | Fax: (11) 3262-3569

contato@agroanalysis.com.br
www.fgv.br/agroanalysis

Acesse o site
www.fgv.br/agroanalysis
ou ligue
0800 770 88 81
e assine a publicação que melhor acompanha o agronegócio

O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

O DESMAME DO PLANO SAFRA 2019/20

A ATIVIDADE econômica do primeiro semestre do ano registrou um desempenho bem abaixo do esperado. As projeções de crescimento econômico, que se situavam em patamar acima de 2% no ano passado, foram revistas para cerca de 1% mais recentemente. Nesse ambiente, a taxa de desemprego permanece elevada.

Fato é que poucas vezes tivemos um início de governo tão confuso como este. Se de um lado avançam vários pontos fundamentais da agenda econômica, como a reforma da previdência e a reforma tributária, de outro, a falta de habilidade política tem provocado solavancos e incertezas no mercado.

Como temos muita confiança que a reforma da previdência será aprovada, as coisas devem melhorar no segundo semestre. Para o produtor rural, duas coisas são fundamentais:

- o dólar tende a cair em relação ao real. Não será uma queda brusca, mas poderemos ver um dólar entre R$ 3,50 e R$ 3,60 no final deste ano;

- as taxas de juros reais estão muito elevadas. Para uma taxa de 8% ao ano, o juro real será de 4%. Para taxas ao redor de 15% (por exemplo, utilizadas por algumas *trading companies* nas operações de soja verde), o juro real será de 11%.

Muitos produtores ainda habituados com taxas altas de inflação e juros menores já tiveram problemas e estão inadimplentes. Por exemplo, um juro real de 11% engole R$ 110 mil em uma receita de R$ 1 milhão. E, pior, se o preço do produto ficar parado (por exemplo, a soja se o dólar recuar), os juros de 15% vão engolir R$ 150 mil da receita, muitas vezes o lucro total da operação.

Quem puder evitar os bancos deve fazê-lo. O problema aumenta para a compra de equipamentos. A taxa de 8% ao ano, com uma inflação de 3,5%, fará com que as prestações aumentem em termos reais ao longo do tempo. Por isso, o planejamento financeiro será a chave do sucesso.

Nessa linha, foi anunciado o Plano Agrícola e Pecuário (PAP) 2019/2020, acessível de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020. Esse é o terceiro PAP dentro do contexto da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 95/96, do Teto dos Gastos Públicos. Com recursos limitados para atender a demanda de crédito rural, o governo teve de traçar uma linha de prioridades. O volume total de recursos previstos para empréstimos aumentou apenas 0,74% em relação ao anterior. Em termos reais, descontada a taxa de inflação, a variação foi negativa. Já na disponibilidade de crédito rural com taxa de juros controlada, sofreu um corte razoável. Esse é mais um passo para o desmame de subsídios do setor.

Na atividade rural, um dos fatores do sucesso é o nível do conhecimento técnico empregado pelos produtores. O Censo Agropecuário de 2017, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra resultados preocupantes quando se analisa essa questão: apenas 19,9% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros receberam assistência técnica, cuja taxa apresentou profundas diferenças regionais (de 7,4% no Nordeste a 48,6% no Sul). Na bovinocultura, por exemplo, a taxa de assistência técnica foi de 25,2%, o que também é considerado baixo. No estado de São Paulo, para enfrentar esse desafio na área da assistência técnica e buscar desenvolver a agricultura de baixo carbono (Plano ABC), há o projeto Práticas Estratégicas para Mitigar as Emissões de Gases de Efeito Estufa nos Sistemas de Pastagens do Sudeste Brasileiro. Um dos seus objetivos é estudar os fatores críticos para a transferência de tecnologia para a cadeia produtiva da pecuária bovina.

Na área internacional, o Limite Máximo de Resíduos (LMR) de pesticida representa um tema cada vez mais importante para os países exportadores de produtos agrícolas, como o Brasil. Nesse contexto, a falta de regras, em condições realistas, por parte de países importadores traz preocupação para as autoridades de uma forma geral. Os eventos promovidos pelo Instituto de Regulação e Sustentabilidade AGRO procuram aprofundar esse debate com o governo, empresas e associações de produtores rurais. Artigo analisa o papel da Organização Mundial do Comércio (OMC), do Codex Alimentarius, das Barreiras Técnicas de Comércio (BTC) e do Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS, na sigla em inglês), entre outros, nessa área.

Como entrevistado do mês da ***Agroanalysis***, temos a participação do engenheiro de alimentos Marcello Brito, que acaba de assumir a presidência da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) para a gestão durante o triênio 2019-2021. A entidade comemora, em 2019, seus 25 anos de existência com uma lista de iniciativas e realizações que

a colocam como uma das entidades mais respeitadas e com mais formadores de opinião do agronegócio nacional. O conteúdo da conversa traça uma breve análise sobre o desempenho do agro e olha para as reformas em curso no País. Como fechamento, comenta sobre o Congresso Brasileiro do Agronegócio (CBA), a ser realizado no próximo dia 5 de agosto, com o tema "Agro: Momento Decisivo".

O Caderno Especial traz uma matéria sobre as atividades desenvolvidas pela Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja-MT). Essa publicação é feita anualmente, desde 2009, em especial na edição de julho, com registro dos grandes e frutíferos eventos realizados pela entidade – uma verdadeira agenda de constantes inovações. Nesta oportunidade, os tópicos abordados são: o tradicional Circuito Agrosoja, na sua 14ª versão, e os projetos Guardião das Águas e Classificador Legal.

Para encerrar, tem-se a triste notícia, em especial para a economia rural brasileira, sobre a perda de um dos seus mais ilustres e dignos expoentes, ocorrida no mês de junho: Mauro de Rezende Lopes. Profissional respeitado no Brasil e no exterior, Mauro deixa um extraordinário legado graças a um currículo invejável, do qual podemos destacar alguns itens apenas dada a sua impressionante e qualificada extensão. Publicou inúmeros trabalhos de pesquisa no Brasil e no exterior e é autor de um livro editado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), fundamental para o entendimento das instituições ligadas ao agronegócio nacional: "Agricultura Política: A História dos Grupos de Interesse na Agricultura". ■

MERCOSUL X UE

No dia 28 de junho, foi anunciado o fechamento do acordo comercial entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a União Europeia. As negociações haviam sido iniciadas em 1999. Os países que compõem o MERCOSUL (4) e a União Europeia (28) totalizam 750 milhões de consumidores e um Produto Interno Bruto (PIB) de US$ 17 trilhões. Atualmente a União Europeia já é o segundo maior parceiro comercial do Brasil (a China é o primeiro). Todos os detalhes do acordo ainda não foram divulgados, mas três produtos do agro que terão redução de tarifa de importação são chocolates (atualmente de 20%), vinhos (atualmente de 27%) e laticínios (terão tarifa zerada, dentro de uma cota). Por outro lado, segundo o governo brasileiro, 90% dos produtos exportados para a União Europeia não pagarão tarifas, entre eles café, suco de laranja, frutas e óleos vegetais. Os impactos desse acordo não serão sentidos no curto prazo, mas, quando ocorrerem, serão profundos. A próxima edição da ***Agroanalysis*** trará uma análise completa do acordo.

LEIA A *AGROANALYSIS* NA INTERNET E NOS ACOMPANHE NAS REDES SOCIAIS.

TWITTER: @AGROANALYSIS
INSTAGRAM: /FGV.AGROANALYSIS
FACEBOOK: /FGV.AGROANALYSIS
WWW.AGROANALYSIS.COM.BR



04 CAPA EDITORIAL

07 ENTREVISTA
MARCELLO BRITO
NÃO PODEMOS FICAR ACOMODADOS COM OS RESULTADOS DO AGRO

10 FRASES & COMENTÁRIOS

12 MACROECONOMIA
UM NOVO CORTE DE JUROS?

14 AGRODROPS

17 HOMENAGEM
MAURO DE REZENDE LOPES

18 MERCADO & NEGÓCIOS

18 CAPA EM REGIÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR, ARRENDAR A TERRA É A MELHOR OPÇÃO

20 QUAL É O DESTINO MAIS RENTÁVEL PARA O BAGAÇO DE CANA-DE-AÇÚCAR?

22 CAPA ESTIMATIVA DE RESULTADO PARA O CONFINAMENTO

26 POLÍTICA AGRÍCOLA

26 CENSO AGROPECUÁRIO DE 2017 INDICA BAIXAS TAXAS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO CAMPO

29 CAPA DIVULGADO O PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO (PAP) DA SAFRA 2019/20

31



INSTITUTO DE REGULAÇÃO E SUSTENTABILIDADE AGRO
II WORKSHOP SOBRE LIMITES MÁXIMOS DE RESÍDUOS (LMRs) DE PESTICIDAS E MERCADO INTERNACIONAL

34



APROSOJA-MT
AGENDA DE INOVAÇÕES

25 GRUPO VITTIA
GRUPO VITTIA REUNIU LÍDERES DE COOPERATIVAS

40 FAESP
PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL (PRA) É JULGADO PROCEDENTE

41 ANDEF
A ARTE DE PRODUZIR ALIMENTOS E PROVAR A INOVAÇÃO

42 DIÁRIO DE BORDO
ÁGUA

43 PRODUZIR
RETIRADA DA APOSENTADORIA RURAL NÃO IMPACTA REFORMA DA PREVIDÊNCIA

44 OPINIÃO
DESAFIOS DO SETOR SUCROENERGÉTICO

45 REFLEXÃO
O MOMENTO É DECISIVO

46 ESTATÍSTICA

NÃO PODEMOS FICAR ACOMODADOS COM OS RESULTADOS DO AGRO

MARCELLO BRITO
Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)
Da Redação

Novo presidente da ABAG faz uma breve análise sobre o desempenho do agro em especial neste século, olha para os primeiros meses do novo governo, com foco nas reformas em curso no País, e avalia a implementação do Código Florestal.

NA SUA nova Presidência, para o triênio 2019-2020-2021, a ABAG conta com a gestão do engenheiro de alimentos Marcello Brito. Neste ano, a ABAG comemora 25 anos de existência com uma lista de iniciativas e realizações que a colocam como uma das entidades mais respeitadas e com mais formadores de opinião do agronegócio nacional. No próximo dia 5 de agosto, acontecerá o Congresso Brasileiro do Agronegócio (CBA), a ser realizado com o tema "Agro: Momento Decisivo".

AGROANALYSIS: DIANTE DE UMA ENTIDADE DE VANGUARDA NO AGRO, COMO OLHAR A ABAG?

MARCELLO BRITO: Desde a sua criação, a ABAG trabalha intensamente para o fortalecimento e o equilíbrio das cadeias produtivas do agronegócio. Nesses 25 anos de existência, sempre acreditamos na vocação do nosso País para o agronegócio. A entidade segue empenhada na sua missão de disseminar a importância das cadeias produtivas do setor para toda a sociedade. Não podemos ficar acomodados com os resultados obtidos até agora.

As projeções traçadas para o agro nacional por entidades de reconhecimento internacional são promissoras. Essas estatísticas avalizam, mas não garantem, o passaporte para o futuro do setor. A conjunção das práticas produtivas às ambientais significa uma sinergia de forças para a geração de valor. Esperamos políticas públicas inovadoras para construirmos pontes seguras com parceiros estratégicos de primeira hora. A ABAG deverá ampliar a *expertise* com as visões e as tendências do mercado consumidor sobre as cadeias produtivas do agro.

O SETOR PÚBLICO TEM ACOMPANHADO A EVOLUÇÃO DO SETOR?

MB: Em especial neste século, o agro brasileiro empreendeu um ritmo de aumento na produção que poucos otimistas poderiam imaginar. Esse tremendo impulso veio por meio da demanda externa. Saltamos de uma receita na balança comercial do setor de US$ 20,6 bilhões, em 2000, para um valor recorde de US$ 101,6 bilhões, em 2018. Tal desempenho foi muito impulsionado pelo continente asiático, em particular



a China, que passou a ser o principal parceiro comercial do Brasil.

Apresentamos gargalos estruturais profundos em pontos críticos, como na infraestrutura e na logística. A agricultura avançou nas chamadas áreas de fronteira, cada vez mais distantes dos portos de embarque. Temos dificuldades para supri-las de insumos e escoar a sua produção. Cerca de dois terços dos modais de transporte são rodoviários, com custos não competitivos aos dos concorrentes. Existe a insegurança jurídica, como a recente lei do tabelamento de frete, a desatualização nos registros dos defensivos em relação aos países concorrentes e a estrutura tributária arcaica, entre outros. Enfim, a lista de desafios é grande.

NESTA DÉCADA, A ECONOMIA BRASILEIRA PATINA. ISSO PRECISA MUDAR, NÃO?

MB: De fato, em especial nesta segunda metade da década, o contexto econômico degradou-se de forma substancial. Estamos com um Produto Interno Bruto (PIB) acumulado negativo para esse período. Certamente, como tudo indica, não conseguiremos reverter esse quadro em 2019. Começamos o ano com uma projeção de crescimento perto de 3% e terminaremos próximo de 1%; isso se ainda não tivermos surpresas negativas pela frente.

Em momentos anteriores, as crises exógenas advindas da economia internacional repercutiam e chegavam de modo negativo à economia nacional. Foi assim, por exemplo, na conjuntura de 2008. Agora, a realidade não é essa. Estamos com certa dose de previsibilidade nas taxas de inflação e na taxa de referência Selic, com balança comercial positiva. Esse é o lado bom, mas as incertezas com a volatilidade cambial e a entrada de investimentos ainda dependerão muito de reformas fundamentais.

ENTÃO, É POSSÍVEL AVALIAR O PRIMEIRO SEMESTRE DESTE GOVERNO?

MB: O tempo passa rápido. O novo governo carrega um capital político significativo para levar o País pelo caminho da retomada econômica. Seguimos na expectativa do cumprimento de uma agenda econômica para diminuir o gasto e o tamanho do Estado. O déficit público precisa ser zerado. No curto prazo, a turbulência concentra-se nas idas e vindas do nervoso processo da reforma da previdência social, que conta com amplo apoio da sociedade. Uma composição política saudável e compromissada com o Brasil é ainda desejada na relação entre os Poderes.

Da parte do agro, estamos muito bem servidos com a ministra Tereza Cristina e a sua equipe no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Como fazemos parte do setor nacional mais aberto às transações internacionais, com papel geopolítico relevante, temas sensíveis precisam ser tratados com cautela. Somos signatários do Acordo de Paris para diminuir o impacto das mudanças climáticas. Devemos manter o tratamento isonômico nas relações diplomáticas com as diferentes comunidades. As comitivas para visitas e negociações a países parceiros estão inclusas nesse trabalho.

A PAUTA AMBIENTAL FAZ PARTE DA AGENDA MUNDIAL?

MB: O comércio internacional irá inserir cada vez mais conteúdos ambientais nas suas negociações. As parcerias serão construídas com pressões crescentes para que os acordos levem em conta critérios ambientais, assim como ocorre naturalmente nas questões sanitárias. Devemos preparar-nos para discutir com competência e sem preconceito essas novas barreiras. Para receber a certificação necessária e realizar a venda dos produtos, os países exportadores terão de cumprir procedimentos ambientais. É bom lembrar que, hoje, 47% da população urbana da China com até quarenta anos coloca como maior preocupação a rastreabilidade ambiental do produto. Isso, com certeza, nos dá uma luz de como será o mercado do futuro próximo.

Diante da nossa dependência dos produtos exportados, as transações correntes sofrerão um dramático impacto nas compras dos países com tais exigências. Estar apto para exportar à União Europeia, por exemplo, significa a abertura das portas para outros mercados importantes, a que ainda não temos acesso. O seu nível de exigência serve como referência de ordem mundial. Recentemente, até mesmo as autoridades chinesas solicitaram do governo brasileiro a relação dos frigoríficos habilitados a exportarem para o bloco. Temos de estar atentos a esses recados.

ESTAMOS COM O CRONOGRAMA DO CÓDIGO FLORESTAL ATRASADO?

MB: Sem dúvida alguma, o Congresso Nacional e o governo brasileiro devem

“A ABAG DEVERÁ AMPLIAR A *EXPERTISE* COM AS VISÕES E AS TENDÊNCIAS DO MERCADO CONSUMIDOR SOBRE AS CADEIAS PRODUTIVAS DO AGRO.”

concentrar esforços nos próximos passos para a efetiva implementação do Código Florestal (Lei nº 12.651/12). Precisamos direcionar recursos para a validação mais rápida do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e avançar nos Programas de Regularização Ambiental (PRAs). Esses instrumentos criarão uma demanda real para as Cotas de Reserva Ambiental (CRA).

Da mesma forma, cabe regulamentar a legislação sobre os incentivos econômicos para a proteção da vegetação nativa, com Pagamentos por Serviços Ambientais (PSAs) e a criação do Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE). Essas medidas devem ser implementadas em caráter de urgência, pois são primordiais para preservar e conservar a biodiversidade nos diversos biomas nacionais. A nós cabe contribuir no fomento de ideias e na aprovação das reformas, pois, só assim, encontramos o caminho do desenvolvimento sustentável.

QUAL É A LINHA DO CONGRESSO BRASILEIRO DO AGRONEGÓCIO (CBA) DESTE ANO?

MB: Aproveitamos para focar no principal desafio macroeconômico pendente agora no Brasil: o urgente imperativo de estancar o dramático quadro deficitário das contas públicas. O crucial passo está na reforma da previdência social, seguida pela reformulação tributária, com a simplificação, a unificação e a redução do número de impostos. A segurança na governança dessas decisões definirá outras bases para os investidores avaliarem o risco do País.

Por tudo isso, a edição de 2019 do CBA terá como tema "Agro: Momento Decisivo". A ser realizado no próximo 5 de agosto, em São Paulo, o evento acontecerá como uma parceria entre a ABAG e a B3. O ponto de inflexão para a retomada consistente do crescimento econômico trará condições para desenhar o modelo agrícola mais adequado para o País. O caminho do agro brasileiro depende da velocidade das reformas estruturantes a serem feitas pelo governo.

ENTÃO, ESPERAMOS UM OUTRO GRANDE EVENTO?

MB: Apesar das dificuldades existentes, somos confiantes de que o Brasil possui todas as condições para continuar avançando e permanecendo entre os principais produtores de alimentos, fibras e energia renovável do mundo nas próximas décadas. Precisamos ter consciência do nosso papel estratégico para as seguranças alimentar e energética do Planeta. Certamente, seremos cobrados por isso.

Nesse CBA, a ABAG e a B3 pretendem promover uma ampla discussão sobre as nossas fragilidades, como o custo Brasil, com as deficiências na infraestrutura e na logística, a necessidade de mecanismos financeiros eficientes e os pilares para o desenvolvimento futuro do agro. Com uma visão sobre a China, teremos informações para analisar as consequências disso tudo sobre a economia brasileira e a sua produção de alimentos e biocombustíveis. Precisamos inverter a incômoda curva de participação do agro nacional no mercado mundial, que praticamente não evoluiu nos últimos oito anos. Se excluímos a cadeia de soja, perdemos enorme 1,4% de participação nesse período. Esses não são números condizentes com a qualidade e a potencialidade do nosso setor. ■

"A SEGURANÇA NA GOVERNANÇA DESSAS DECISÕES [AS REFORMAS] DEFINIRÁ OUTRAS BASES PARA OS INVESTIDORES AVALIAREM O RISCO DO PAÍS."



DIVULGAÇÃO

FRASES & COMENTÁRIOS

"As últimas gerações de consumidores querem produtos com rastreabilidade e transparência quanto a condições sociais e ambientais de produção."

MARCELLO BRITO, presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

"De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre os Censos Agropecuários de 2006 e 2017 (IBGE), o meio rural ficou mais conectado: o número de estabelecimentos no País com acesso à internet cresceu de 75 mil para 1,5 milhão de produtores – um aumento de 1.790,1%."

SILVIA MASSRUHÁ, chefe-geral da Embrapa Informática Agropecuária

"Pela primeira vez na história, as exportações brasileiras de frutas deverão ultrapassar a barreira de US$ 1 bilhão em 2019."

LUIZ ROBERTO BARCELOS, presidente da Associação Brasileira dos Produtores Exportadores de Frutas e Derivados (Abrafrutas)



MARCELLO CASAL JR/AGÊNCIA BRASIL

"**Apesar das dificuldades orçamentárias, o Plano Safra 2019/2020 praticamente manteve os mesmos valores destinados na temporada anterior.**"

"**Esperamos modernizar as ferramentas de financiamento para os grandes produtores pagarem um pouco mais de taxa de juros.**"

"**Daremos prioridade aos produtores que tomam até R$ 500 mil por ano de crédito agrícola, pois eles representam 96% dos agricultores brasileiros.**"

"**Com R$ 1 bilhão para o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), os bancos privados poderão oferecer mais crédito agrícola a juros menores, com menos riscos para as operações.**"

TEREZA CRISTINA, ministra do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

"Abrangente e democrata, o Plano Safra atende demandas antigas dos produtores, essenciais para a produção de alimentos e a economia."

"Defenderemos três pontos: (i) a ampliação de fontes de financiamento com a Letra de Crédito do Agronegócio (LCA); (ii) a criação do fundo de aval fraterno para facilitar a renegociação de dívidas; e (iii) a instituição do patrimônio de afetação com o desmembramento do imóvel para oferecer como garantia nos financiamentos agropecuários."

ALCEU MOREIRA, deputado federal (MDB/RS) e presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA)

"Temos desafios na pesquisa agropecuária diante de um mercado na busca de produtos dotados de valores relativos à responsabilidade ambiental."

"A pesquisa deverá ser capaz de agregar valor aos produtos com métricas de sustentabilidade."

CLEBER SOARES, diretor executivo de Inovação e Tecnologia da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)



DIVULGAÇÃO

As cooperativas são *players* fundamentais no agro brasileiro. O sistema, com um quinto dos produtores rurais, representa a metade da produção no setor.

Não se trata de terceiro setor, de economia solidária, mas sim de negócio com participação muito justa. Seja grande ou pequeno, cada um possui direito a voto.

MÁRCIO DE FREITAS LOPES, presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)

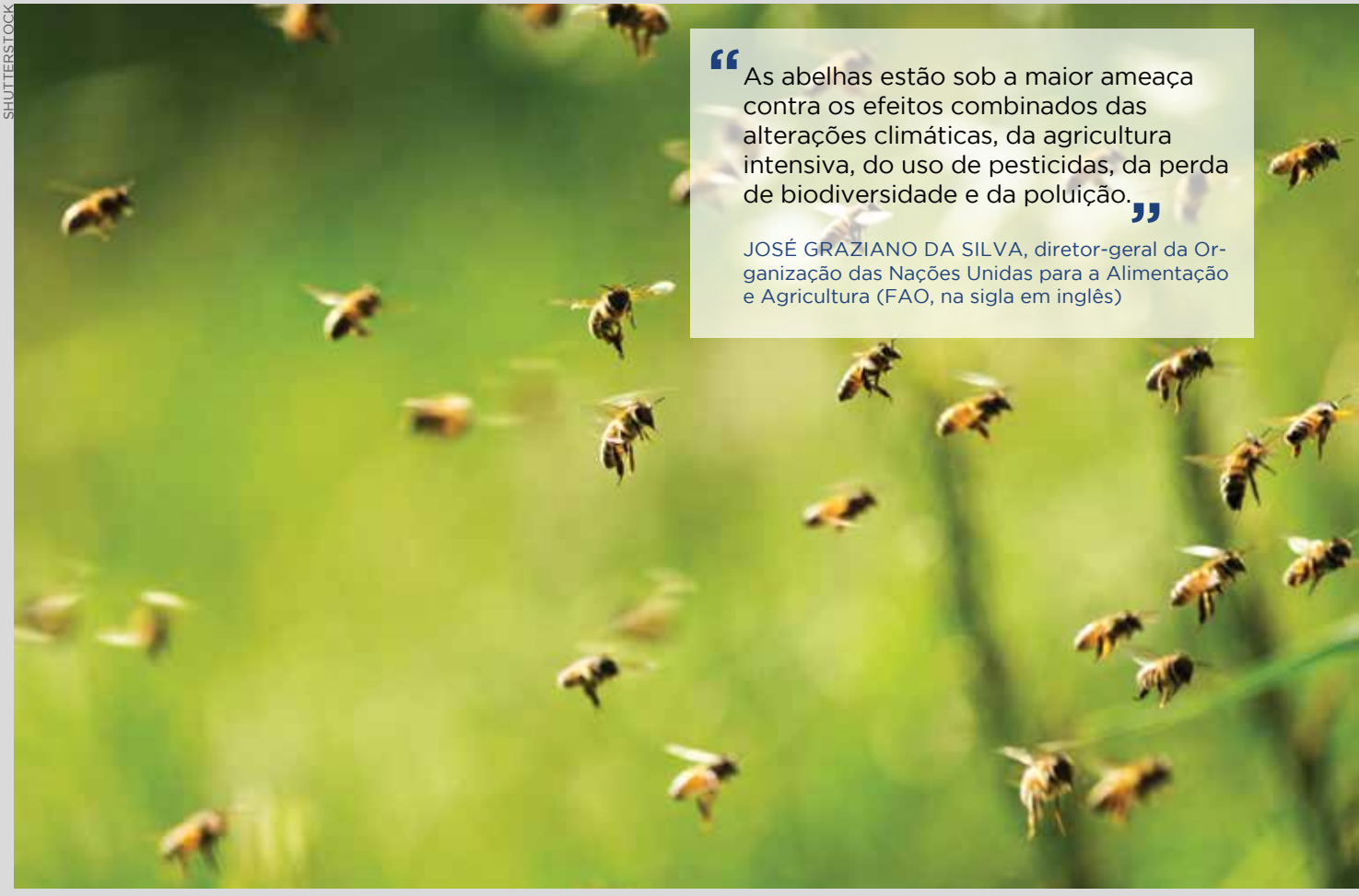
Preocupamo-nos com o desabamento dos preços internacionais do café e as suas consequências negativas do ponto de vista social e econômico.

A atual conjuntura de baixa no mercado afeta oitenta países produtores e 25 milhões de famílias. Há uma diminuição no uso de tecnologia e insumos.

O preço médio de uma libra de café Arábica caiu de US$ 1,01 para US$ 0,95 de 2018 para o primeiro quadrimestre de 2019. Atingimos a menor média verificada desde março de 2006.

MANOEL OTERO, diretor-geral do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)

SHUTTERSTOCK



As abelhas estão sob a maior ameaça contra os efeitos combinados das alterações climáticas, da agricultura intensiva, do uso de pesticidas, da perda de biodiversidade e da poluição.

JOSÉ GRAZIANO DA SILVA, diretor-geral da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, na sigla em inglês)

UM NOVO CORTE DE JUROS?

ROGÉRIO MORI
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

RECONHECIDAMENTE, A atividade econômica do primeiro semestre do ano registrou um desempenho bem abaixo do esperado para o período. O resultado do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro registrou uma queda (já ajustada pelos fatores sazonais) de 0,2% no primeiro trimestre do ano em relação ao último trimestre de 2018. Esse resultado ficou aquém da recuperação esperada para o período, e as projeções de crescimento econômico, que se situavam em patamar acima de 2% no ano passado, foram revistas para cerca de 1% mais recentemente. Nesse ambiente, a taxa de desemprego permaneceu elevada, frustrando as perspectivas de um aumento do emprego no primeiro semestre do ano. Os dados relativos à atividade econômica no segundo trimestre de 2019 também não são animadores: o Índice de Atividade Econômica (IBC-Br), calculado pelo Banco Central, não dá sinais de que a economia esteja se recuperando nesse período. Nesse quadro de atividade econômica fraca, a inflação não tem representado um problema, uma vez que a demanda tem se mantido debilitada no período, o que elimina pressões de preços. Em síntese, o primeiro semestre do ano cristaliza um quadro de estagnação da atividade econômica brasileira, desapontando amplamente as perspectivas de crescimento para o período.

Não é a primeira vez que um quadro de frustração com o desempenho da economia brasileira se instala nos últimos anos. A recuperação de 2018 foi abatida em pleno voo pela greve dos caminhoneiros em maio daquele ano. Nos meses seguintes, a tensão oriunda de um processo eleitoral com desfecho incerto fez com que decisões de investimento e de consumo fossem adiadas. A frustração com o crescimento econômico observado no primeiro semestre do ano passado levou a uma ampla revisão das projeções de crescimento para aquele ano para baixo. O que vemos em 2019 é uma repetição de 2018 sem a presença da greve dos caminhoneiros.

Nesse sentido, esperava-se que a retomada do começo de 2019 viesse na esteira de uma descompressão do pessimismo e das incertezas instauradas durante o processo eleitoral, o que acabou não ocorrendo. Muitos economistas têm atribuído esse fenômeno ao ambiente político conturbado dos primeiros seis meses do ano. O governo Bolsonaro tem se mostrado relativamente pouco articulado junto ao Congresso Nacional. Essa realidade tem imposto dificuldades consideráveis quanto ao andamento das reformas constitucionais, particularmente a previdenciária. Nesse sentido, esperava-se que a reforma da previdência já tivesse sido aprovada na sua integralidade no primeiro semestre do ano. Adicionalmente, vale lembrar que o governo permaneceu convivendo com lutas intestinas geradas por facções de apoio ao próprio presidente. Esse fenômeno contribuiu ainda mais para desanimar investidores no País, que passaram a aguardar o desfecho das reformas e da reconfiguração política com a qual o governo passará a conviver ao longo do seu mandato.

No entanto, a debilidade da atividade econômica brasileira não pode ser atribuída inteiramente ao pessimismo oriundo do desapontamento quanto ao cenário político nacional. De fato, o endividamento relativo dos agentes privados – em particular, das famílias – ainda permanece relativamente elevado. Os estímulos ao crédito proporcionados pelos governos anteriores elevaram o patamar de endividamento dos agentes, que, desde 2016, seguem equacionando suas dívidas em um contexto de retração da renda e de queda do emprego no País. Vale lembrar, também, que o governo Dilma criou amplos estímulos ao crédito imobiliário, que é uma modalidade de endividamento cujo horizonte de pagamento é longo (vinte a trinta anos). Em função disso, as famílias têm pouco espaço no orçamento para ampliar seu consumo, mesmo por meio de novo endividamento.

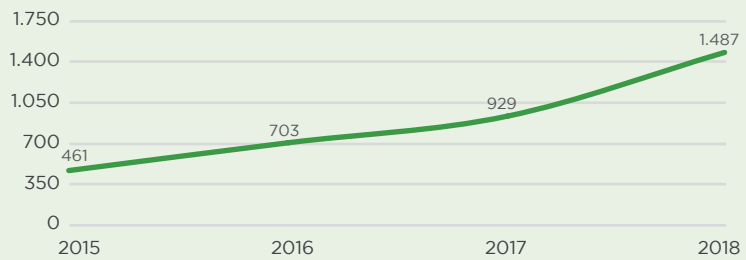
Em função desse quadro, entrou na pauta econômica a possibilidade de um novo corte da taxa básica de juros – Selic –, atualmente em 6,5% a.a. Existem sinais de que o Banco Central possa promover um novo corte mais adiante. No entanto, existem dúvidas concretas quanto aos efeitos desse novo corte para estimular a atividade econômica caso o cenário político permaneça conturbado e o nível de endividamento das famílias não esteja plenamente equacionado. ■

CARNE BOVINA PARA A CHINA

Com crescimento acentuado desde 2015, a exportação de carne bovina brasileira para a China ganhou o primeiro posto em 2018. A importação dos chineses é a maior do mundo, com 1,04 milhão de toneladas de carne bovina em 2018. Entre os frigoríficos brasileiros autorizados para exportar carne para esse país, há 16 de carne bovina, 9 de carne suína e 35 de carne de aves. Pelo acordo firmado entre os dois países, outros 20 frigoríficos poderão ser adicionados.

Nesse cenário otimista, a notícia do registro da vaca louca trouxe imediata preocupação para o setor. A China é o único país, entre os importadores do Brasil, a exigir a suspensão temporária das importações de carne quando detectado caso atípico desse mal. Em 13 de junho, um comunicado do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) informou que a Organização Mundial da Saúde (OMS) autorizou a retomada das exportações do Brasil para o mercado chinês.

BRASIL: EXPORTAÇÃO DE CARNE BOVINA PARA A CHINA*
(US$ MILHÃO)



*Congelada, fresca e refrigerada
Fonte: SECEX

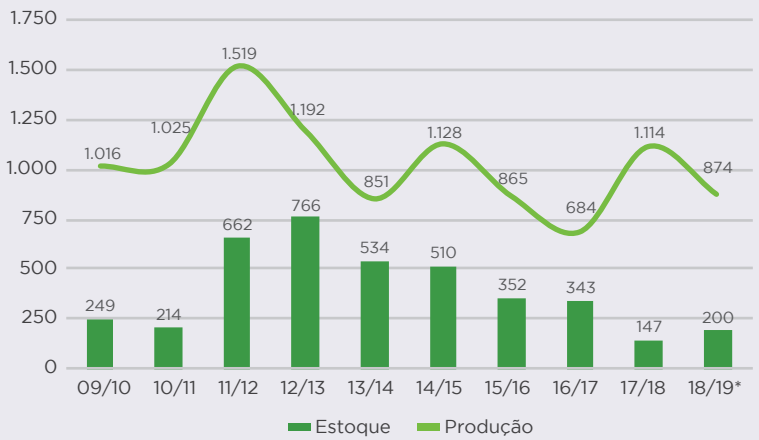
NOVO PROJETO DE LEI PARA DEFENSIVOS

O Projeto de Lei (PL) nº 6.299/02 tem por objetivo modernizar a legislação que regulamenta a produção e a comercialização de pesticidas no Brasil. O PL estabelece critérios objetivos na avaliação com respeito a metodologias científicas. Isso assegura a competitividade para a agricultura brasileira sem prescindir dos aspectos de segurança dos produtos.

O texto prevê dois aspectos importantes. O primeiro é a avaliação de risco, técnica utilizada atualmente para avaliar as características de cada substância, independentemente das suas condições de uso. O segundo amplia o prazo de 120 dias para até dois anos na aprovação de registro de produtos. Essa é a média que o processo costuma levar em outros países, como Estados Unidos e Austrália.

RECUO NA PRODUÇÃO DE SUCO DE LARANJA

BRASIL: ESTOQUE E PRODUÇÃO DE SUCO CONCENTRADO E CONGELADO (MILHARES DE TONELADAS)



*Preliminar
Fonte: CitrusBR

Com o processamento da safra 2018/19 (junho a julho) em fase de encerramento, a produção de suco de laranja deverá recuar 27,5% em relação à temporada passada, para 874 mil toneladas. O consumo também não mostra crescimento. Os estoques finais aumentaram para 200 mil toneladas, 53 mil toneladas acima do esperado. Historicamente, esse nível é baixo, pois representa uma queda de 41,7% em comparação ao de 2018. As informações são da Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos (CitrusBR), que reúne as maiores empresas exportadoras do País – Citrosuco, Cutrale e Louis Dreyfus.

CRESCE PRODUÇÃO DE BIODIESEL

Com o aumento da mistura obrigatória do biodiesel no diesel, o chamado B10, a produção de biodiesel no Brasil alcançou marca histórica em 2018. A matéria-prima mais utilizada pelas usinas foi a soja (17,9 milhões de toneladas). Em setembro próximo, a mistura passa para 11% (B11). Isso significa a substituição de 600 milhões de litros de diesel importado por biodiesel nacional. Há cinquenta indústrias autorizadas a produzir o biocombustível no País. Pelo cronograma estabelecido pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), ficou previsto um aumento de 1% ao ano no teor da mistura, com previsão de chegada a 15% até 2023.

DOENÇA DA VACA LOUCA NO BRASIL

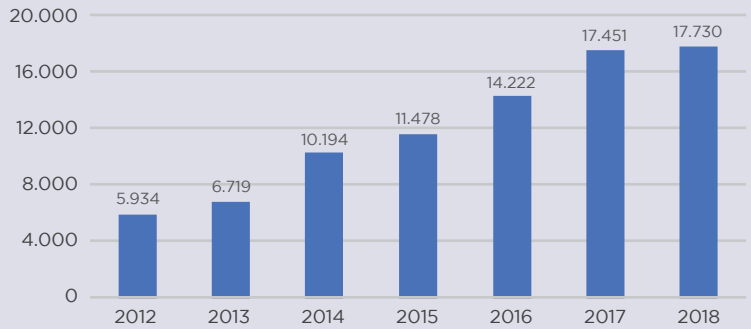
A Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) do MAPA registrou a ocorrência, em Mato Grosso, de um caso atípico de Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB) em final de maio. Todo o material de risco foi removido do animal contaminado, com idade de dezessete anos, durante o abate de emergência e incinerado no próprio matadouro.

A doença ocorre de maneira espontânea e esporádica, sem relação com a ingestão de alimentos contaminados. Conforme preveem as normas internacionais, a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) e os países importadores foram notificados. Em mais de vinte anos de vigilância para a doença, foram constatados somente três casos de EEB atípica.

EVOLUÇÃO DOS PRODUTOS ORGÂNICOS

Apesar do crescimento exponencial dos registros, o universo de produtores orgânicos no Brasil pode ser muito maior. Como a oferta ainda é baixa, os preços são elevados. Para comercializar produtos orgânicos em supermercados, lojas, restaurantes, hotéis, indústrias e outros locais, é preciso ter certificado emitido pelos Organismos da Avaliação da Conformidade Orgânica credenciados no MAPA. Até 2018, o Brasil tinha 393 organismos cadastrados e 36 sistemas produtivos e certificadoras habilitadas. A legislação do setor foi aprovada pela Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, e regulamentada pelo Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007.

BRASIL: NÚMERO DE PRODUTORES DE PRODUTOS ORGÂNICOS

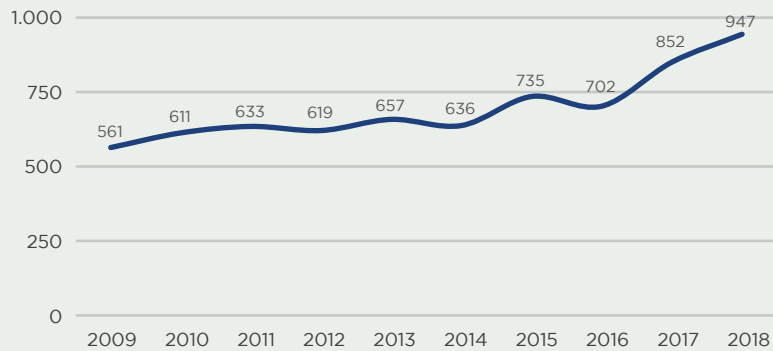


Fonte: MAPA

EXPANSÃO DAS EXPORTAÇÕES DE FRUTAS

De acordo com a Associação Brasileira dos Produtores Exportadores de Frutas (Abrafrutas), pela primeira vez na história, neste ano, as exportações brasileiras de frutas deverão ultrapassar a barreira de US$ 1 bilhão. Perseguida nos últimos anos pelas indústrias da fruticultura nacional, essa meta esteve próxima de ser obtida no ano passado, quando se conseguiu abrir os mercados da África do Sul (mangas) e da Coreia do Sul (uvas), além de avançarmos nas negociações para acesso ao mercado chinês (melões).

BRASIL: EXPORTAÇÕES DE FRUTAS (US$ MILHÕES)



Fonte: SECEX

MAIS IRRIGAÇÃO NO BRASIL

O setor mostra um aumento firme e persistente, em torno de 50%, no período de 2008 a 2018. Todos os estados e o Distrito Federal vêm ampliando as suas áreas irrigadas, sendo o crescimento mais expressivo em São Paulo, Minas Gerais, Tocantins, Bahia, Rio Grande do Sul e Goiás. Diante do desenvolvimento de sistemas mais eficientes, a tendência é de que o crescimento no uso de água seja inferior ao da expansão da área irrigada. Segundo a Agência Nacional de Águas (ANA), no horizonte de 2030, projeta-se que a prática cresça em 3,14 milhões de hectares.

BRASIL: ÁREA IRRIGADA
(MILHARES DE HECTARES)

SISTEMA	2008	2010	2012	2014	2016	2018
Pivô central	49,0	52,0	84,0	102,0	91,0	92,0
Carretel	30,0	30,0	32,5	10,5	18,0	13,8
Convencional	20,0	25,0	35,4	28,5	31,0	31,0
Localizada	47,0	50,0	60,5	79,8	75,0	64,0
Inundação	3.902,1	4.179,6	4.512,3	4.996,5	5.404,3	5.822,3
ÁREA TOTAL IRRIGADA	**4.048,1**	**4.336,6**	**4.724,7**	**5.217,3**	**5.619,3**	**6.023,1**

Fonte: CSEI/ABIMAQ

CRESCE A VENDA DE ETANOL HIDRATADO

No Brasil, o consumo de gasolina comum misturada com 27% de etanol anidro, vigente desde março de 2015, atingiu quantidade recorde em 2014. Já o consumo de etanol (hidratado) bateu o maior teto em 2018. Os baixos preços do açúcar no mercado internacional, somados a uma maior competitividade do etanol hidratado em comparação à mistura da gasolina e do etanol, explicam esse movimento. Esse quadro mostra tendência de voltar a se repetir ao longo deste ano se a safra 2019/20 de cana-de-açúcar mostrar normalidade.

BRASIL: VENDA DE GASOLINA C E ETANOL
(MILHÕES DE LITROS)

ANO	Gasolina C	Etanol	
	Etanol anidro adicionado	Hidratado	Anidro e hidratado
2010	29.844	15.074	22.162
2011	35.452	10.899	19.101
2012	39.698	9.850	17.790
2013	41.428	11.755	21.441
2014	44.364	12.994	24.085
2015	41.137	17.863	28.796
2016	43.019	14.586	26.201
2017	44.150	13.642	25.562
2018	38.352	19.385	29.700

Fonte: ANP

AQUISIÇÕES DE BIODIESEL AUMENTAM

Nos últimos quatro anos, as vendas de óleo diesel estiveram abaixo do pico registrado em 2014. Em contraposição, as aquisições de biodiesel sempre mostraram incrementos pequenos, com exceção da queda apurada em 2016. O CNPE aumentou a mistura de biodiesel no diesel comum em 2017 e 2018, respectivamente, de 7% (B7) para 8% (B8) e de 8% (B8) para 10% (B10).

O Brasil precisa alcançar o B15 até 2023 para atingir as metas de redução de emissões firmadas no Acordo do Clima de Paris, no contexto da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês), bem como as metas de descarbonização do RenovaBio.

ESTOQUES ELEVADOS DE AÇÚCAR

A redução da exportação brasileira de açúcar já era prevista desde o início da safra 2018/19. A produção mundial da safra 2017/18, com recorde histórico, contribuiu para elevar os estoques internacionais a um novo patamar. Com essa elevada oferta de açúcar no mercado internacional, predominou o viés de queda das cotações na maior parte da safra 2018/19. Isso desestimulou a produção e a exportação brasileiras do adoçante. Os estoques mundiais elevados devem continuar pressionando os preços do açúcar no mercado internacional e desestimulando as exportações brasileiras na safra 2019/20.

PLANO NACIONAL DE FLORESTAS PLANTADAS

A Portaria nº 111, do MAPA, aprovou o Plano Nacional de Desenvolvimento de Florestas Plantadas (PNDF), com a meta de ampliar a área de produção florestal em 20% até 2030 (2 milhões de hectares), com publicação no Diário Oficial da União no dia 5 de junho, quando se comemora o Dia Mundial do Meio Ambiente.

Reflorestamento no Brasil

- Floresta plantada: 9,85 milhões de hectares, sendo, 75,2% de eucalipto, 20,6% de pínus e 4,2% de outras espécies (Censo Agropecuário de 2017/IBGE).
- Áreas de florestas de propriedade das indústrias de: celulose e papel, 35%; siderurgia e carvão vegetal, 13%; painéis de madeira e pisos laminados, 6%; investidores financeiros, 9%; produtores independentes, 30%; produtos sólidos de madeira, 4%; outros, 3% (Indústria Brasileira de Árvores – Ibá, 2017).
- Estoque de dióxido de carbono equivalente (CO_2 eq.): 1,7 bilhão de toneladas (Ibá, 2017).
- Valor bruto da produção florestal de R$ 18,5 bilhões entre silvicultura (76,1%) e extrativismo vegetal (23,9%) (Ibá, 2017).
- Balança comercial do setor: US$ 10 bilhões, equivalente a 5% das exportações brasileiras e 10% das exportações do agronegócio (Ibá, 2017).

PROGRAMA DE SUBVENÇÃO AO PRÊMIO DO SEGURO RURAL

O MAPA anunciou o cronograma de liberação do orçamento para o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) para o exercício de 2019. Apesar do bloqueio de 38% ocorrido no orçamento total do MAPA, o valor representa uma redução de 16% no valor aprovado na Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2019, de R$ 440 milhões.

ORÇAMENTO PARA 2019

CULTURAS	Valor
Soja, milho, arroz, feijão e café	R$ 160 milhões
Milho 2ª safra, culturas de inverno e trigo	R$ 125 milhões
Frutas	R$ 64 milhões
Pecuária	R$ 1 milhão
Demais culturas	R$ 20 milhões
TOTAL	**R$ 370 milhões**

Fonte: MAPA

REGISTROS DE DEFENSIVOS VEGETAIS

Na lista dos defensivos vegetais registrados no MAPA, a separação entre os produtos genéricos (cópias de produtos cujos períodos de patentes estão expirados) e os inovadores é importante para avaliar o grau de desenvolvimento tecnológico. A taxa de inovação tem sido muito baixa no Brasil. Na fila para registro de novos ingredientes ativos (33 no total), muitos já foram liberados nos Estados Unidos (19), da Austrália (18), do Canadá (18), do Japão (17), da Argentina (16) e da União Europeia (15). Desses novos ingredientes ativos, 3 estão aprovados em 10 países, 10 em 5 países, 17 em 4, 19 em 3, 26 em 2, 28 em 1 país e 5 em nenhum outro país além do Brasil.

BRASIL: REGISTRO DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS

ANO	Genérico e P&D*	Novos ingredientes ativos (inovação)
2013	110	2
2014	149	4
2015	139	2
2016	277	1
2017	405	5
2018	450	2

*Pesquisa e desenvolvimento
Fonte: MAPA

MAURO DE REZENDE LOPES


Débora 70

A ECONOMIA Rural brasileira perdeu um de seus mais ilustres e dignos expoentes neste mês de junho de 2019: Mauro de Rezende Lopes.

Profissional respeitado no Brasil e no exterior, Mauro deixa um extraordinário legado graças a um currículo invejável, do qual podemos destacar alguns itens apenas dada a sua impressionante e qualificada extensão.

Formado pela Faculdade de Economia da UFRJ, fez Mestrado em Viçosa (UFV), doutorado na Purdue University em West Lafayette (Indiana-USA) e pós-doutorado no Centro de Estudos de Negociação Internacional em Genebra-Suíça. Com semelhante base técnica, exerceu cargos destacados, como: secretário-geral e diretor da Comissão de Financiamento da Produção, um chapéu pensador da economia do agronegócio que deu origem à atual Conab: professor de Estatística da UFRJ, de História Econômica na Universidade de Petrópolis, de Política Agrícola da Esalq/USP; professor dos cursos de MBA em Gestão Empresarial Estratégica do Agribusiness e Gestão Empresarial de Cooperativas da FGV; membro da Comissão de Reforma Constitucional pelo MAPA e pesquisador do IBRE-FGV. Foi economista do Centro de Estudos Agrícolas da FGV, no Rio de Janeiro. Foi, também, membro permanente da Equipe Negociadora do Brasil no GATT, durante a Rodada Uruguai, que abriu o canal para a criação da OMC e as bases para a Rodada Doha dessa entidade.

Teve uma carreira brilhante como consultor em Economia do Agronegócio não apenas no Brasil, mas em diversos países, como Moçambique, Argentina, Peru, Panamá, Equador, Costa Rica, Honduras e Colômbia. Na qualidade de consultor, prestou serviços a instituições de relevo, como IICA, FAO, CEPAL, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Codevasf, CNA, SRB, OCB e outras organizações agroindustriais. Nessa atividade, foi um dos mais importantes atores na formulação da Lei Agrícola, determinada pela Constituição de 1988, da qual foi importante inspirador no capítulo de Política Agrícola e Fundiária. Também teve papel destacado nas discussões e entendimentos que culminaram com a criação da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) em 1993.

Desenvolveu pesquisas nas mais diferentes áreas, entre as quais: Comércio Internacional, Políticas Agrícolas e Agroindustriais, Acordos Internacionais (ALCA, União Europeia, MERCOSUL, OMC).

Recebeu muitos prêmios por seus trabalhos, com destaque para o Prêmio do Banco Mundial no Concurso Internacional de Ideias Inovadoras para Aliviar a Pobreza no Mundo, com o título "Consórcios e Condomínios Agrários de Trabalhadores Sem Terra para Arrendamentos e Parcerias" e para outro que recebeu da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) chamado de "Herói da Revolução Verde Brasileira", que presta homenagem a gestores e pesquisadores do setor agropecuário que contribuem de maneira relevante para que o Brasil atenda a demanda de alimentos da população e se torne um grande provedor para o restante do mundo.

Publicou inúmeros trabalhos de pesquisa no Brasil e no exterior e é autor de um livro editado pela Embrapa, fundamental para o entendimento das instituições ligadas ao agronegócio nacional: "Agricultura Política: A História dos Grupos de Interesse na Agricultura".

Participou de dezenas de seminários e congressos fora do Brasil, sempre destacando a importância e a competitividade do agro brasileiro.

Era casado com a também notável economista rural Ignez Vidigal Lopes e deixa três filhos.

Mauro tinha alegria de viver e cultivava as amizades com desvelo e atenção. Perde o Brasil um grande mestre da Economia Rural, e perdem seus amigos e familiares um maravilhoso companheiro de trabalho e professor da VIDA.

Roberto Rodrigues

EM REGIÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR, ARRENDAR A TERRA É A MELHOR OPÇÃO

DA REDAÇÃO

Considerando os custos operacionais de produção apenas oito regiões, entre as 42 avaliadas, apresentaram prejuízo na safra de 2017/18. No entanto, o lucro obtido não foi suficiente para remunerar adequadamente o valor investido na terra.

NA ÚLTIMA edição da ***Agroanalysis***, foi publicado artigo com os resultados da atividade de produção de cana-de-açúcar em 42 localidades produtoras, nos estados de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná e São Paulo, na safra de 2017/18. Segundo o levantamento, realizado pelo Programa de Educação Continuada em Economia e Gestão de Empresas (Pecege), da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq/USP), apenas quatro localidades, entre as 42, apresentaram lucro.

A avaliação do resultado de uma atividade econômica é realizada subtraindo-se, do valor total recebido, o capital total empregado. Este último, na agricultura, deve incluir, também, a remuneração de todos os fatores de produção, como a terra. Nesse sentido, a análise realizada pelo Pecege, que estimou o resultado da atividade de produção de cana, considerou como capital total empregado, além do custo operacional de produção, a remuneração da terra e a remuneração do dinheiro utilizado para financiar a produção. No entanto, se o produtor é dono da terra e utiliza dinheiro próprio para financiar a sua produção, a remuneração da terra e do capital não impacta diretamente no seu fluxo de caixa. Ou seja, o resultado sentido no bolso do produtor no final da safra é mais favorável do que o apontado pelo estudo do Pecege.

Por exemplo, considerando o custo total de produção, incluindo a remuneração da terra e do capital, Guariba, Ribeirão Preto e Sertãozinho apresentaram, respectivamente, prejuízo de -R$ 817,86, -R$ 450,00 e -R$ 1.139,80 por hectare. Por outro lado, considerando apenas os custos operacionais de produção, foi reigistrado lucro de R$ 915,04 em Guariba, R$ 1.611,00 em Ribeirão Preto e R$ 1.097,16 em Sertãozinho. Segundo esse critério, apenas oito, das 42 regiões, apresentaram prejuízo na safra de 2017/18. Por outro lado, nessas regiões, as usinas chegam a pagar pelo arrendamento 70 toneladas por alqueire (o mesmo que 29 toneladas por hectare), o equivalente a cerca de R$ 1.900 por hectare.

Assim, conclui-se que a maioria dos produtores não teve prejuízo, mas, por outro lado, o lucro obtido não foi suficiente para remunerar adequadamente o valor da sua terra. Em Guariba, por exemplo, em que o preço da terra para venda gira em torno de R$ 60.000 por hectare, o lucro do produtor remunerou a terra em apenas 1,5% (R$ 915,04/R$ 60.000,00). Apenas para comparação, atualmente, é possível investir em títulos do governo federal (Tesouro Direto) com retorno de aproximadamente 4% ao ano, sem correr risco de prejuízo. A atividade agrícola envolve uma série de riscos, o que, conceitualmente, significa que todo investimento do produtor deveria ser remunerado a uma taxa superior



SHUTTERSTOCK

àquela sem risco. Para que a terra do produtor de Guariba fosse remunerada pelo menos à taxa do Tesouro Direto (de 4% ao ano), o lucro do produtor nessa safra deveria ter sido de R$ 2.400,00 por hectare, ou seja, 162,3% superior ao registrado. E, para alcançar esse lucro, o preço da tonelada de cana, pago pela usina, deveria ter sido de aproximadamente R$ 97,00, ou seja, 21,3% superior aos R$ 80,00 por tonelada pagos, na média, na safra de 2017/18, em Guariba.

Por essas razões, há muitos produtores buscando intensificar a produção – há locais onde é possível realizar até três safras no ano – ou partir para outras oportunidades de investimento dentro do próprio agro, como a macadâmia, que apresenta um ótimo retorno.

Se as usinas de cana estão sendo capazes de remunerar todo o capital investido por elas, isso está ocorrendo, em parte, a custas dos produtores, os quais, como mostrado, não estão conseguindo receber o retorno adequado do seu investimento. É importante lembrar que, no passado recente, muitas usinas quebraram porque também estavam tendo prejuízo. ■

RESULTADO DA PRODUÇÃO DE CANA

MUNICÍPIO	Área (hectares)	Produtividade (toneladas/hectare)	Custo operacional (R$/tonelada)	Custo total (R$/tonelada)	Preço (R$/tonelada)	Lucro/prejuízo (COT*)		Lucro/prejuízo (CT**)	
						R$/tonelada	R$/hectare	R$/tonelada	R$/hectare
Guariba-SP	70	86	69	90	80	10,88	915,04	-9,51	-817,86
Ribeirão Preto-SP	250	90	63	85	80	17,55	1.611,00	-5,00	-450,00
Sertãozinho-SP	200	82	67	95	81	13,80	1.097,16	-13,90	-1.139,80

*Custo Operacional Total, calculado pelos autores a partir dos dados do Pecege; **Custo Total, que inclui o COT e os custos com remuneração da terra e do capital
Fonte: Pecege



QUAL É O DESTINO MAIS RENTÁVEL PARA O BAGAÇO DE CANA-DE-AÇÚCAR?

MARCIO AURÉLIO SOARES SANTOS[1], ROBERTA POSSAMAI[2], RICARDO RATNER ROCHMAN[3]

Frente às mais diversas opções de aproveitamento, qual seria a melhor decisão para uma unidade produtiva de açúcar e álcool de referência: produzir etanol de segunda geração, investir no desenvolvimento de novas aplicações do subproduto ou vender o bagaço para outra usina com capacidade ociosa para produção de energia elétrica?

A MATÉRIA orgânica residual do processo de esmagamento da cana-de-açúcar é uma importante opção de biomassa para conversão em energia, tanto por seu potencial energético, como pelo volume disponibilizado a cada ano, além dos aspectos territoriais e ambientais ligados à economia do setor. O uso na produção de energia elétrica é predominante contudo novos usos, como a produção de Etanol de Segunda Geração (E2G), de fertilizantes biológicos, de ração animal, de biomateriais, entre outros produtos de maior valor agregado, passam a ser considerados à medida que os processos de produção em escala industrial ganham competitividade.

Desta forma, pelo lado da oferta, o setor sucroenergético encontra-se diante de um novo período de transformações em busca de um crescimento sustentável. Isso porque, além dos produtos tradicionais do setor, que são o açúcar e o etanol ("primeira geração"), que possuem dinâmica específica, e da cogeração com exportação de excedentes de energia elétrica para a rede, outros produtos que têm a biomassa como base ganham projeção na nova economia. O E2G, que conta com limitado número de plantas industriais, encontra dificuldades em atingir escala e atrair novos



investimentos. O potencial de ampliar o ganho no setor vem pela adição de novas tecnologias e pela melhoria dos processos industriais, como são os casos da criação da proteína utilizada na produção de ração animal e do aumento na eficiência do processo de fermentação.

Diante dessas múltiplas opções de investimento, qual seria a melhor tomada de decisão de uma unidade produtiva de açúcar e álcool: produzir E2G em escala comercial ou vender o bagaço para uma outra unidade fabril da região com capacidade ociosa de processamento deste para produção de energia elétrica? Ou ainda, investir em novas tecnologias com vistas a ampliar o leque de produtos e a eficiência operacional? A resposta não deve ser única, visto que a melhor decisão de investimento deve variar em função de diversos parâmetros, tais como localização da produção, condições logísticas, porte das unidades, entre outros.

Para responder essa pergunta, foi desenvolvido um estudo considerando um cenário que contempla uma usina específica, na região de Piracicaba-SP, a qual apresenta as condições necessárias para escolha entre venda do bagaço ou futura produção de E2G.



SHUTTERSTOCK

Para isso, foi realizada uma análise econômico-financeira utilizando a Teoria de Opções Reais, em que foram observados os retornos potenciais de cada opção possível. Assim, o projeto não é analisado somente por meio do conceito tradicional de Valor Presente Líquido dos fluxos de caixa descontados, mas incorpora, também, as opções de postergação de investimentos, abandono do projeto e reinvestimento. Com essa abordagem, espera-se identificar o melhor momento para investir e, assim, maximizar os ganhos do investidor, dados os diferentes estágios de desenvolvimento tecnológico disponíveis no mercado.

O caso estudado trata de uma usina experimental que moeu, em 2014, 3,2 milhões de toneladas de cana, com produtividade de 76 toneladas por hectare, e que produziu 200 mil toneladas de açúcar e 140 mil metros cúbicos de etanol de primeira geração. Não foi incluída a palha da cana, por requerer investimentos específicos para seu aproveitamento, enquanto o bagaço se encontra disponível na usina após a moagem.

QUAIS SÃO OS RESULTADOS?

A análise indica que a venda do bagaço é a melhor opção. A produção de etanol de segunda geração em escala industrial não mostra atratividade econômica para o cenário proposto, pois requer significativo aumento de produtividade, além de substancial redução no custo das enzimas empregadas no processo de fermentação. Ou seja, a opção de produzir E2G ainda depende de significativa evolução da tecnologia.

Tendo-se em vista o comportamento dos preços do etanol, cuja volatilidade triplicou nos últimos três anos, foi possível estimar que a decisão de prorrogar o início da produção prevalecerá, pelo menos, até 2025, quando se espera que os custos dos insumos tenham reduzido no mínimo 60% em relação aos custos atuais e a produtividade por tonelada de biomassa tenha superado os 300 litros por tonelada de matéria seca. Nessas condições, a produção de E2G se torna viável quando o preço de venda por litro ultrapassa a fronteira de R$ 1,63/litro na refinaria, valor equivalente ao dos dias atuais.

Ao observar o recente aumento na volatilidade de preços do etanol e do câmbio, além das interrupções nas pesquisas de desenvolvimento do processo produtivo que buscam viabilizar a produção em escala, houve um aumento na incerteza no que tange à tomada de decisão do investidor.

No contexto estudado, no caso da produção de energia elétrica, os contratos de fornecimento dão garantia ao financiamento e à estabilidade de receita, ao contrário da produção de E2G, que, no cenário atual, não atrai investimentos e desestimula o pioneirismo. Iniciativas que emergem a partir de políticas públicas, como o Programa FAPESP de Pesquisa em Bioenergia (BIOEN) e o RenovaBio, são muito bem-vindas. No entanto, não se pode deixar de lado as ações empreendedoras da iniciativa privada que criam novas possibilidades e devem ser consideradas de forma recorrente a fim de reduzir a dependência do Estado na economia de escala. ■

1 Executivo de investimentos da Tridon Participações
2 Pesquisadora do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (FGV Agro)
3 Professor de Finanças da Escola de Economia de São Paulo da FGV (FGV-EESP)

ESTIMATIVA DE RESULTADO PARA O CONFINAMENTO

HYBERVILLE NETO [1], RAFAEL RIBEIRO DE LIMA FILHO[2]

AS PROJEÇÕES apontam lucro do confinamento em R$ 94,32 por cabeça confinada. O resultado projetado melhorou recentemente, pois o maior componente de custo (o boi magro) cedeu e o mercado de milho está relativamente estável após as altas de maio. A conjuntura apresenta expectativas positivas para as exportações de carne bovina, o que pode provocar um aumento nos preços de venda. Além disso, o preço do milho deve pressionar menos os custos com a entrada do milho 2ª safra no mercado. Para o boi magro, a tendência é de manutenção do cenário de preços firmes após a perda de força recente.

A viabilidade econômica do confinamento é determinada por três fatores principais:

- o preço do boi magro, que compõe cerca de 70% do custo do boi terminado em confinamento;
- o preço do milho, cuja participação varia conforme a dieta, mas ,em geral, é o principal componente; e
- o preço de venda, o boi gordo. A opção por confinar ou não dependerá do balanço entre a perspectiva de preços desses itens.

O confinamento possui duas modalidades, a exclusiva e a estratégica. Na primeira, o produtor compra o boi magro, confina e vende o boi gordo. Na segunda, o produtor usa gado próprio como parte do sistema de produção, seja para liberar pastagens para outras categorias, seja pela perda de suporte na seca; é uma ferramenta de um sistema maior.

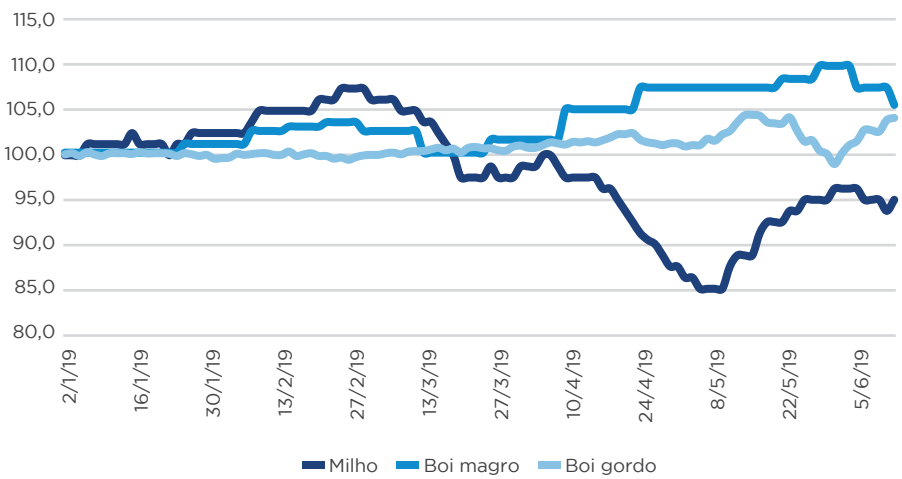
No confinamento exclusivo, os resultados precisam ser mais atrativos, uma vez que isso "não ajuda" outras etapas da fazenda, como o ajustamento das pastagens, por exemplo. Já no confinamento estratégico, o boi magro está lá na fazenda, e a viabilidade de confinar faz parte de um cenário mais complexo, relacionado com o ganho oferecido pelo sistema.

CENÁRIO PARA O SEGUNDO GIRO

O confinamento é feito principalmente no período seco, para suprir o déficit de qualidade do pasto, além de ser mais eficiente nesse período. Isso decorre do fato de, na temporada das águas, as chuvas gerarem perdas de desempenho, por questões relacionadas a barro no curral e perdas de ração, entre outras.

Essa variação hídrica trouxe a tradição de chamar de primeiro giro o confinamento iniciado na entrada da seca para a boiada a ser vendida de junho a setembro. O segundo giro é aquele no qual o gado já é entregue mais perto

REGIÃO DE CAMPINAS: EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DA SACA DE MILHO E DA CABEÇA DE BOI MAGRO
(ÍNDICE; JANEIRO: BASE 100)



Fonte: B3; Scot Consultoria

ou logo após a volta das águas, entre outubro e dezembro.

Neste ano, entre janeiro e maio, na região de Campinas, no estado de São Paulo, os preços estiveram atrativos para a compra de milho: em média, o preço da saca do cereal cedeu 15%, de R$ 40 para R$ 34. Em contrapartida, a pedra no sapato para o confinador neste ano foi a subida no preço da cabeça de boi magro de R$ 2,00 mil para R$ 2,15 mil – uma alta de 7,5%.

De um modo geral, quem tem boi magro na fazenda e opera o sistema como um todo já teve oportunidades interessantes, tanto para comprar o milho, como para travar o boi gordo.

SIMULAÇÃO DO RESULTADO DO CONFINAMENTO EM SÃO PAULO EM 2019
(SEGUNDO GIRO)

PARÂMETROS	Unidade	Valor
Boi magro	360 quilos	2.110
Ganho de peso diário	Quilos	1,6
Rendimento de carcaça	%	56
Custo da diária	R$	9,00
Período de cocho	Dias	90
Preço de venda (setembro de 2019*)	@	160,20
Custo total	R$ por cabeça	2.920,00
Resultado	R$ por cabeça	94,32

Nota: consideram-se preços do boi magro em São Paulo e mercado futuro na B3 (setembro de 2019)
*Considera o contrato de setembro de 2019 para o preço de venda, pois o animal está entrando no cocho no início de julho de 2019
Fonte: Scot Consultoria; B3 (junho de 2019)

RESULTADOS ECONÔMICOS

As projeções de lucro do confinamento diminuíram ao longo de 2019. Atualmente, o lucro está em R$ 94,32 por cabeça confinada frente a valores entre R$ 120 e R$ 140 por cabeça nas projeções feitas em abril e maio, ano para o segundo giro (entrega entre outubro e dezembro). Isso ocorreu pela alta do milho e pelas valorizações contínuas do boi magro, que só cedeu mais recentemente com a turbulência causada pela suspensão das exportações para a China, em decorrência do caso atípico de vaca louca.

Os aumentos dos custos limitaram a atratividade, mas as expectativas positivas para o boi gordo e o mercado futuro com preços firmes podem dar mais espaço para melhoria desses resultados. O gado que entrou no cocho a partir de meados de junho já pode ser considerado como parte do segundo giro de confinamento. ■

1 Médico-veterinário da Scot Consultoria
2 Zootecnista da Scot Consultoria



SHUTTERSTOCK

VIT Integra

Uma comunicação inteligente para aliar o que há de melhor em cada solução Vittia ao seu cultivo, simplificando processos, aumentando e rentabilizando sua produtividade.

Bem-vindos ao Vit Integra.
Integração que gera soluções.

O que é?

Com o conceito "Integração que gera soluções", o Grupo apresenta de forma simples todas as tecnologias que oferece aos seus clientes.

São mais de 200 produtos direcionados para as mais diversas culturas, em diferentes estágios fenológicos, categorizados em inoculantes, biofertilizantes, nutrição, controle biológico e adjuvantes.

Conheça a fundo todas as soluções que o Grupo Vittia oferece, aumentando seus resultados e sua rentabilidade de forma estratégica no campo.

www.vittia.com.br



VITTIA
GRUPO

Biosoja Agrociência
SAMARITÁ AGROCIÊNCIA
GRANORTE FERTILIZANTES
Biovalens Biotecnologia

GRUPO VITTIA REUNIU LÍDERES DE COOPERATIVAS

Evento exclusivo atraiu cerca de sessenta convidados em Foz do Iguaçu-PR para conhecer as soluções Vittia e promover o compartilhamento de experiências entre cooperativas em 16 e 17 de abril.

O evento contou com palestras técnicas sobre produtos e informações das principais tecnologias da VITTIA, as quais apresentam sinergia entre si e criam valor para o produtor. Participaram, também, convidados especiais de cooperativas, com apresentações de casos de sucesso e troca de experiências com os participantes.

O encontro discutiu temas como o fortalecimento das cooperativas, instituições fundamentais para a consolidação da competitividade dos pequenos e médios produtores. Essas parcerias ajudam na coordenação do processo produtivo nas cadeias agropecuárias.

"O Vit Coop tem como propósito reunir lideranças do setor para intercâmbio de informações, pois acreditamos na aprendizagem de uns com os outros", explicou José Roberto Pereira de Castro, diretor comercial do Grupo Vittia.

Frans Borg, presidente da Castrolanda e Coonagro, reforçou a mudança do papel das cooperativas. "Antes o foco estava na aquisição de insumos, na prestação de serviços e na venda da produção. Hoje, a principal função é coordenar, desenvolver e fomentar as atividades produtivas dos cooperados. Mas, no futuro, o negócio será procurar parceiros mais eficientes na busca de sustentabilidade da cadeia de produção", afirmou.

Para Mário Sergio Prado, CEO da Coonagro, o cooperativismo no Brasil ainda possui potencial para crescer. "Em outros países, o trabalho está avançado. A ideia do Grupo Vittia de debater e trocar experiências entre importantes cooperativas enriquece o setor", salientou.

Matheus Kfouri Marino, vice-presidente do Conselho de Administração da Coopercitrus, ao compartilhar as suas experiências, destacou a relevância do ditado de que a união faz a força. "Uma estrutura de gestão profissional gera eficiência aos produtores cooperados e traz poder de barganha e importantes soluções tecnológicas", concluiu.

Dourivan Cruvinel de Souza, vice-presidente administrativo financeiro da Comigo, apresentou as ideias tecnológicas desenvolvidas e difundidas pela cooperativa com as suas coirmãs. "O compartilhamento de conhecimento é de extrema importância para as cadeias produtivas, sendo que, quanto maior essa troca, melhor para todos", comentou.

Para encerrar o Vit Coop, Marcos Fava Neves, professor da FEA/USP e da FGV, ministrou uma palestra focada na economia brasileira e nas possibilidades oferecidas pelo mercado. Segundo ele, o Brasil possui grande chance de aumentar a produção para atender mercados mundiais crescentes, mas as perspectivas para preços das principais *commodities* são de que permaneçam estáveis.

"Como temos de criar margem para aproveitar essas oportunidades de mercado, o papel das cooperativas neste momento é fundamental. Elas fazem o pequeno se tornar grande. Ao eliminar funções e construir ações em escala, as cooperativas transformam-se no agente para trazer ao produtor todo esse pacote tecnológico. Isso permite, hoje, gerir uma fazenda por metro quadrado, e não mais por hectare", finalizou. ■

CENSO AGROPECUÁRIO DE 2017 INDICA BAIXAS TAXAS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO CAMPO

ALFREDO JOSÉ BARRETO LUIZ

NA ATIVIDADE rural, um dos fatores do sucesso é o nível do conhecimento técnico empregado pelos produtores. O Censo Agropecuário de 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostra resultados preocupantes quando se analisa essa questão. Dos estabelecimentos agropecuários brasileiros (5.071.332 unidades), apenas 19,9% receberam assistência técnica, cuja taxa apresentou profundas diferenças regionais (de 7,4% no Nordeste a 48,6% no Sul).

No caso do total de estabelecimentos com bovinocultura (2.555.333 unidades), a taxa de assistência técnica também foi considerada baixa (25,2%) e com grande variação regional (de 9,9% no Nordeste a 50,9% no Sul). Em termos de Unidades da Federação (UFs), aquelas com melhor percentual de atendimento foram o DF (82,5%) e os estados de SC (55,2%), RS (51,8%), PR (46,0%) e SP (42,1%). Quando tomamos, para comparação, o conjunto dos estabelecimentos com irrigação (505.503), a taxa nacional de assistência

BRASIL: ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS COM ASSISTÊNCIA TÉCNICA

REGIÃO/PAÍS	Com bovinos	Com irrigação	Total
Nordeste	9,9%	16,9%	7,4%
Norte	14,1%	22,8%	10,4%
Centro-Oeste	22,5%	42,1%	23,6%
Sudeste	30,2%	36,3%	28,6%
Sul	50,9%	64,6%	48,6%
Brasil	**25,2%**	**30,1%**	**19,9%**

Fonte: Censo Agropecuário de 2017/IBGE



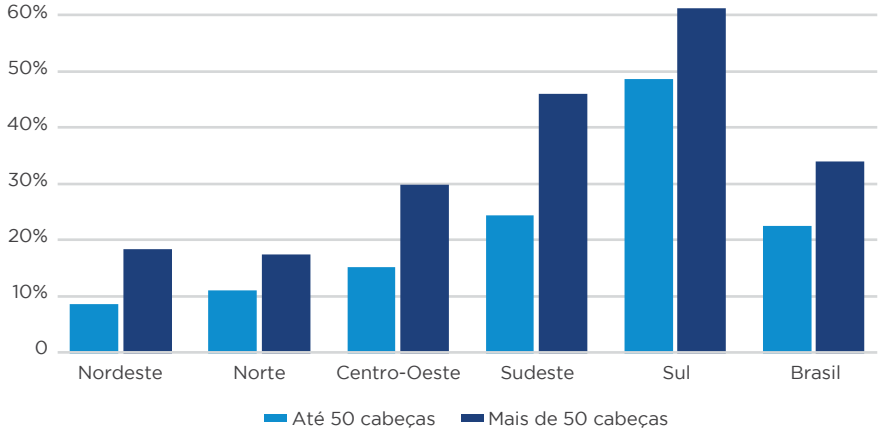
técnica é maior (30,1%). De um modo geral, nota-se um déficit na prestação desse serviço, que varia entre as atividades e as regiões atendidas.

Na bovinocultura, vemos uma taxa de assistência técnica baixa, tanto nos estabelecimentos com até 50 cabeças (22,5%), quanto nos com mais de 50 cabeças (34%). Isso vale para todas as regiões brasileiras. O melhor atendimento ocorre na classe com mais de 50 cabeças da região Sul (61,1%), enquanto o pior atendimento acontece nos produtores com menos de 50 cabeças na região Nordeste (8,8%).

Em SP, cujo rebanho bovino (5,2 % do total nacional) está na oitava posição entre as UFs, o quadro também surpreende. Apesar de concentrar grande parte da agroindústria nacional e abrigar importantes universidades e centros de pesquisa agropecuária, menos da metade dos produtores recebe assistência técnica. E, entre estes, a maior parte relata seguir orientação própria. Entende-se que, se, mesmo nesse ambiente privilegiado, faltaram decisão política ou recursos humanos e financeiros para a assistência técnica rural, outros estados devem sofrer com obstáculos ainda maiores.

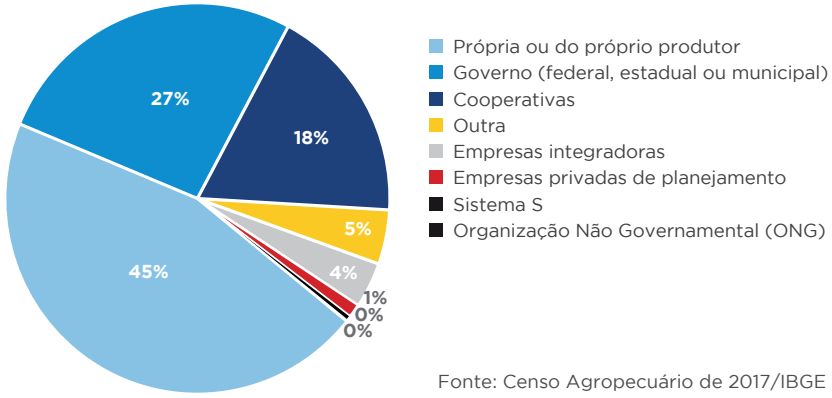

SHUTTERSTOCK

BRASIL: TAXAS REGIONAIS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA NA BOVINOCULTURA



Fonte: Censo Agropecuário de 2017/IBGE

ESTADO DE SÃO PAULO: FONTES DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA



Fonte: Censo Agropecuário de 2017/IBGE

Para enfrentar esse desafio na área de assistência técnica e buscar uma agricultura de baixo carbono (Plano ABC), temos o projeto Práticas Estratégicas para Mitigar as Emissões de Gases de Efeito Estufa nos Sistemas de Pastagens do Sudeste Brasileiro. Trata-se de uma pesquisa com envolvimento da USP, da Embrapa, do Instituto de Zootecnia, do IBGE e da Universidade da Califórnia em 2018 e financiada pela FAPESP. Um dos seus objetivos é estudar os fatores críticos para a transferência de tecnologia de modo a auxiliar a tomada de decisões dos *stakeholder*s na cadeia produtiva da pecuária bovina.

Para além dos objetivos específicos do Plano ABC, devemos ter em vista o aprimoramento em produtividade e qualidade da pecuária brasileira. Para tanto, é necessário que as informações sobre as modernas tecnologias disponibilizadas pela pesquisa cheguem à linha de frente, aos produtores rurais. Isso só será possível caso haja canais eficientes de comunicação para que as orientações técnicas necessárias alcancem os usuários finais. ■

Pesquisador na Embrapa
Meio Ambiente

6 July 2019 #coopsday International Day of Cooperatives

Dia Internacional do Cooperativismo

Somos o Cooperativismo Agropecuário em SP

Somos
138 cooperativas
136 mil produtores rurais associados
R$ 25 bilhões em movimentação econômica
Somos líderes na produção de:
amendoim, café, flores e trigo

somos coop

facebook.com/sistemaocesp

@sistemaocesp

Sistema Ocesp

SistemaOcesp
FESCOOP/SP - OCESP - SESCOOP/SP

DIVULGADO O PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO (PAP) DA SAFRA 2019/20

DA REDAÇÃO

O PLANO Agrícola e Pecuário (PAP) 2019/2020, acessível de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020, apresenta diferenças importantes em comparação ao da temporada 2018/19. Esse é o terceiro PAP dentro do contexto da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 95/16, do Teto dos Gastos Públicos. De um modo geral, com recursos limitados para atender a demanda de crédito rural, o Governo teve de traçar uma linha de prioridades.

Em primeiro lugar, o valor previsto para as aplicações está projetado em R$ 222,7 bilhões. Trata-se de uma cifra apenas 0,74% superior à anterior. Em termos reais, descontada a taxa de inflação, a variação foi negativa.

No tocante à disponibilidade de crédito rural com taxa de juros controlada, houve um corte razoável para a linha de custeio e comercialização e praticamente se manteve num nível de empate na de investimentos. Já o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foi beneficiado com maior quantidade de recursos para custeio, investimento e comercialização.

A linha adotada é a de dar maior atenção ao pequeno e ao médio produtores, mas com abertura para o grande produtor. Por isso, há um enorme esforço na política agrícola com a tomada de medidas no sentido de aumentar o *funding* para financiamento da agropecuária.

No PAP da safra 2018/19, o direcionamento das captações por meio de Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs), isentas dos impostos de renda e de taxas de operações financeiras, era feito à taxa de juros controlada. Agora, como a política agrícola permite que esse tipo de captação sirva como fonte de recurso para empréstimos à taxa de juros livre, as LCAs podem chegar a R$ 55 bilhões.

Existem, também, três outros casos das emissões de títulos: (i) a Cédula do Produto Rural (CPR), indexada à variação cambial; (ii) o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA); e (iii) o Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) no exterior.

O limite de financiamento do custeio com taxas de juros controladas por beneficiário em cada ano-safra foi mantido para os produtores enquadrados no Pronaf (R$ 250 mil), no Pronamp (R$ 1,5 milhão) e nos demais (R$ 3 milhões). De acordo com o seu limite anual de crédito, o produtor pode acessar o seu teto em qualquer época do ano.

RECURSOS DISPONIBILIZADOS PARA O CRÉDITO RURAL

SAFRA	2017/18	2018/19	2019/20
Custeio e comercialização	**161,9**	**166,1**	**169,3**
Pronaf	11,7	15,0	18,3
Juros controlados	116,3	118,8	81,9
Juros livres	34,0	32,3	69,2
Investimento	**47,8**	**55,0**	**53,4**
Pronaf	9,6	15,0	12,9
Juros controlados	26,5	34,9	35,4
Juros livres	11,6	5,1	5,1
TOTAL	**209,7**	**221,1**	**222,7**

Fonte: MAPA

EVOLUÇÃO DA TAXA REFERENCIAL DE JUROS (SELIC), DA TAXA DE JUROS DO CRÉDITO RURAL (CUSTEIO, PRONAMP E PRONAF) E DO ÍNDICE DE INFLAÇÃO

SAFRA	Selic		Custeio		Pronamp		Pronaf		IPCA*
	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Nominal	Real	Doze meses
2012/13	8,50	1,88	5,50	-0,94	5,00	-1,41	4,00	-2,35	6,50
2013/14	8,00	1,53	5,50	-0,82	4,50	-1,76	-2,23	4,00	6,37
2014/15	11,00	2,33	6,50	-1,82	5,50	-2,74	4,00	-4,12	8,47
2015/16	13,75	4,05	8,75	-0,52	7,75	-1,44	5,50	-3,49	9,32
2016/17	14,25	10,28	9,50	5,69	8,50	4,73	5,50	1,83	3,60
2017/18	10,25	7,18	8,50	5,48	7,50	4,51	5,50	2,57	2,86
2018/19	6,50	1,76	7,00	2,24	6,00	1,28	4,60	-0,06	4,66
2019/20	6,00	2,31	8,00	4,24	6,00	2,31	4,60	0,96	3,61

*Junho a maio – taxa estimada para a safra
Fonte: MAPA; BCB; IBGE

PROGRAMAS DE INVESTIMENTO, RECURSOS E TAXA DE JUROS ANUAIS

PROGRAMA DE INVESTIMENTO	Recursos (R$ milhões)			Taxa de juros anuais			Taxa de juros real*
	2017/18	2018/19	2019/20	2017/18	2018/19	2019/20	2019/20
ABC	2.130	2.000	2.096	7,5	6,0/5,25	7,0/5,25	3,27/1,58
Inovaagro	1.260	1.150	1.500	6,5	6,0	7,0	3,27
Modeagro	640	850	1.200	8,5	7,0	8,0	4,24
Moderfrota	9.200	8.900	9.690	7,5/10,5	7,5/9,5	8,5/10,5	4,72/6,65
Moderinfra	600	800	732	7,5	7,0	8,0	4,24
PCA	1.600	2.150	1.815	6,5	6,0/5,25	7,0/6,0	3,27/2,31
Procap-agro	2.200	2.500	2.500	TJP + 3,7%			–
Prodecoop	1.000	1.000	1.285	8,5	7,0	8,0	4,24
Prodecoop[1]	700	–	–	TJP + 3,7%	–	–	–
Pronamp	3.710	1.530	2.715	7,5	6,0	7,0	3,27
REPEC[2]	–	2.500	–	–	6,0	–	–
Pronaf	9.646	12.000	12.927		2,5/4,6	3,0/4,6	-0,59/0,96
FCs[3]	5.884	6.329	6.230	Por porte			-
Bancos cooperativos[4]	600	230	600	8,5	8,5	8,0	4,24
Prorenova	1.500	1.500	1.500	TLP + 3,7%			–
BNDES Agro	2.000	2.500	2.500	TLP + 3,7%			–
Recursos livres	5.125	5.125	5.125	De mercado			–
TOTAL	**47.795**	**51.064**	**53.415**	**–**			**–**

*Descontado o IPCA estimado para a safra (junho a maio)
1 - Aquisição de ativos; 2 - Recuperação pecuária; 3 - Fundos Constitucionais; 4 - Sicredi e Siscoob
Fonte: MAPA

Desde a safra 2016/17, a diferença entre as taxa real da Selic (taxa nominal deduzida da taxa de inflação) e a taxa de juros do crédito agropecuário reduziu substancialmente. Antes negativas, as taxas de juros dos empréstimos passaram a ser positivas. Assim, até mesmo para as operações de crédito enquadradas no Pronaf, recomenda-se cuidado na hora de tomar o empréstimo. As taxas reais variam de 0,96% (Pronaf) a 4,24% (custeio).

CONCLUSÃO

O PAP da safra 2019/20 mostra a transição de um modelo de menos recursos para o crédito rural com taxas de juros subsidiadas e controladas rumo à taxa livre de mercados. A capacidade dos títulos do agronegócio de suprir a necessidade de recurso para crédito com fontes do mercado de capitais está sendo posta em jogo. Por sua vez, estão em análise medidas para edição de Medida Provisória, com alterações na Lei nº 8.929/94, da CPR, e na Lei nº 11.076/04, dos títulos do agronegócio, de modo a desburocratizar o acesso do agronegócio a recursos de fundos de investimento internacionais.

O cenário mostra áreas turvas com relação à disponibilidade de recursos para financiamento do agro, altas taxas reais de juros, alto grau de inadimplência e pedidos de recuperações judiciais entre os produtores, mais as inseguranças jurídicas com tabelamento de fretes rodoviários. Mais do que nunca, a gestão será fator importante para o resultado da atividade. ■

GESTÃO DE RISCOS

Há o orçamento de R$ 1 bilhão para o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) em 2020. Essa dotação aumenta em 2,3 vezes os R$ 440 milhões disponibilizados em 2019, podendo crescer em 2,5 vezes o número de produtores atendidos.

APOIO À COMERCIALIZAÇÃO

Disponibilização de R$ 1,85 bilhão nos seguintes instrumentos:

- Equalização na venda de estoques – R$ 250 milhões;
- Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (Pepro), Prêmio de Escoamento de Produto (PEP) e Prêmio de Risco de Opção Privada (PROP) – R$ 1 bilhão;
- Aquisições do Governo Federal (AGFs) e contrato de opção de venda de produtos agropecuários – R$ 250 milhões;
- Outros – R$ 350 milhões.



DIVULGAÇÃO

INSTITUTO DE REGULAÇÃO E SUSTENTABILIDADE AGRO

II WORKSHOP SOBRE LIMITES MÁXIMOS DE RESÍDUOS (LMRs) DE PESTICIDAS E MERCADO INTERNACIONAL

LETICIA RODRIGUES DA SILVA
CRISTINA JUNQUEIRA
PAULO CAMPANTE
Diretores associados do Instituto de Regulação e Sustentabilidade AGRO

NA CONDIÇÃO de um dos principais celeiros competitivos na agropecuária mundial, o Brasil destaca-se como forte exportador de alimentos, fibras e energia renovável em quantidade e qualidade de escala global. Nesse contexto, a questão dos resíduos em pesticidas na produção primária ganha destaque e preocupação na sociedade em geral, sendo objeto de controle por parte de órgãos públicos de saúde e da agricultura.

A ausência de um Limite Máximo de Resíduo (LMR) estabelecido em condições realistas de uso dos pesticidas por parte dos países importadores preocupa a todos os países exportadores. Nesse assunto, a falta de harmonização por parte de países importadores traz preocupação para as autoridades e produtores brasileiros. Por isso, o Instituto de Regulação e Sustentabilidade AGRO tem provido eventos com governo, empresas e associações de produtores rurais.

O I Workshop, promovido em novembro de 2018, teve a presença do MAPA, da Anvisa, do Itamaraty, da CNA, do Cecafé, da Abrafrutas e de empresas de insumos. Uma das principais demandas geradas foi a necessidade de interação com os demais países exportadores.

O II Workshop, realizado em 18 de junho último, ampliou a participação com a interação entre os conselheiros adidos agrícolas de países exportadores de grãos e frutas para diferentes regiões do mundo (Estados Unidos, Chile, Canadá, Austrália e Nova Zelândia), o Fundecitrus, a ABAG, o Tribunal de Contas da União, a Secretaria de Relações Internacionais e o Departamento de Sanidade Vegetal e Insumos Agrícolas, ambos do MAPA.

ACORDO DE BARREIRAS TÉCNICAS AO COMÉRCIO (TBT)

Desde a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1985, vários mecanismos de negociação e acordos multilaterais foram celebrados. O objetivo era evitar a imposição desenfreada de controles de resíduos de insumos e outros contaminantes. Existe o risco de essas medidas se tornarem

uma Barreira Técnica de Comércio (BTC) dos países importadores contra os exportadores.

O TBT reconhece oficialmente o Codex Alimentarius – uma comissão conjunta da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) e da Organização Mundial da Saúde (OMS) – como órgão harmonizador de normas e técnicas internacionais pela OMC. Cabe ao Codex determinar, entre outros, os LMRs de pesticidas nos produtos de origem animal ou vegetal destinados ao consumo.

No âmbito da OMC, a harmonização de LMR é tratada no Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS, na sigla em inglês), que possui um conjunto de provisões com quatorze artigos e três anexos. Essas normas seguem os enunciados no TBT, com estabelecimento de medidas sanitárias que devem ser aplicadas a todos os países, sem discriminação a produtos importados.

No entanto, os países-membros podem flexibilizar tais princípios quando for atestada a necessidade de proteção da vida ou da saúde humana, animal e vegetal. O Artigo 3 do SPS permite modificação nas normas e padrões sanitários e fitossanitários desde que os países provem cientificamente a necessidade de garantir a segurança alimentar.

ESTABELECIMENTO DO LMR

Com frequência, os países importadores mantêm seus próprios LMRs de pesticidas, sob a necessidade de segurança e proteção para os consumidores. Já os países exportadores harmonizam os LMRs de forma a atender as práticas agronômicas de produção e os diferentes mercados. A adoção pelo importador de LMRs abaixo dos estabelecidos pelo Codex pode caracterizar-se como medida protecionista ao restringir o comércio internacional e gerar perdas financeiras entre os países.

Outro fator de impasse entre os países importadores e exportadores é o estabelecimento de limites para importação *(import tolerance)* quando o pesticida não possui registro no país importador. Isso pode decorrer da falta de interesse comercial e da ausência da praga, doença ou cultura no território. Muitas vezes, as legislações do país importador são mais restritivas em comparação às do exportador em decorrência de fatores ambientais.

MODELO DA UNIÃO EUROPEIA

Um dos exemplos dessa dicotomia entre países importadores e exportadores são as restrições advindas do Regulamento nº 1.107/09 da União Europeia, cujo critério de proibição se baseia na avaliação de perigo do pesticida dos pontos de vista ambiental e de saúde humana, como avaliação da exposição, gerenciamento e comunicação.

Quando uma substância ativa é considerada restrita, o LMR, inclusive para os produtos importados, é definido pelo menor limite de detecção do método analítico. Já para os ingredientes ativos nunca registrados no bloco, o limite aceito é de 0,01 mg/kg.

O não reconhecimento dos limites do Codex e o estabelecimento dos menores limites de detecção da metodologia por parte da UE dificultam as exportações. O país exportador precisa adotar o mesmo critério produtivo dos produtores europeus. Isso impede o uso dos produtos registrados no país exportador, sem que o produtor tenha acesso aos mesmos produtos, tecnologias e recursos disponíveis pelo bloco.

Na UE, dos 138 ingredientes ativos registrados no Brasil e não aprovados na UE: (i) 37% não possuem autorização de uso; (ii) 35% não possuem classificação por nunca terem sido submetidos a registro, por inexistência das culturas

CRITÉRIOS PARA FIXAÇÃO DOS LMRs

A representante dos Estados Unidos, Teresa Howes, chamou a atenção para os critérios utilizados pela UE para o estabelecimento de *cut off* e restrições de ingredientes ativos. Um dos exemplos citados foi o da clotianidina, em função de problemas ambientais relacionados a polinizadores e os seus LMRs reduzidos à menor detecção da metodologia analítica.

Após solicitação do Canadá, a Agência Europeia de Segurança Alimentar (EFSA, na sigla em inglês) considerou seguros para o consumo humano os LMRs da clotianidina para batata. Essa avaliação foi acatada pela Comissão Europeia, mas rejeitada pelo Parlamento Europeu, que determinou o LMR aceitável em 0,01 mg/kg.

Outro problema levantado por Teresa Howes diz respeito aos prazos em que as medidas restritivas entram em vigor quando não se trata de restrição de segurança para o consumidor. Além de não levar em consideração os prazos necessários para o ciclo de uma colheita no país exportador, existem discrepâncias na implementação das medidas.

Para as culturas agrícolas produzidas na UE, são mantidos os LMRs antigos até o seu esgotamento na prateleira, enquanto, para o mesmo produto importado, o prazo para a vigência do LMR restritivo é o da entrada no território do importador. O LMR da buprofezina, inseticida usado em hortaliças, foi fixado em 0,01 mg/kg a partir de 25 de dezembro de 2018 para os produtos importados, mas mantido inalterado para os produtos produzidos e distribuídos na UE.

ou alvos biológicos a que se destinam; e (iii) 60% estão no menor limite de detecção da metodologia analítica ou o limite *default* de 0,01 mg/kg.

PRÓXIMOS PASSOS

Existem casos na importação tanto para a União Europeia quanto para a China e outros países sem reconhecimento dos LMRs feitos pelo Codex. Na UE, embora haja a solicitação para manutenção de *import tolerance* por parte dos registrantes, muitas vezes, com parecer favorável da EFSA e da Comissão Europeia, os LMRs não são estabelecidos pelo órgão com palavra final no processo decisório: o Parlamento Europeu.

Segundo manifestação do Canadá, o não estabelecimento de *import tolerance* pelos países importadores causa prejuízo financeiro e imagem negativa para o país exportador. Além disso, impede o acesso à inovação, pois os exportadores não utilizarão novos pesticidas até que os LMRs sejam estabelecidos nos principais mercados importadores.

O Chile tenta adequar-se às exigências dos países importadores, mas faz coro às preocupações comerciais com as regulações internacionais, em particular de membros da UE. O país apoia manifestações de outros países exportadores junto ao Comitê de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias, tendo em vista que muitas medidas não se ajustam às obrigações estabelecidas pelo SPS da OMC.

A Austrália também busca estabelecer LMRs em acordos bilaterais para exportação. Isso está em andamento no processo de harmonização dos LMRs de pesticidas no âmbito do Acordo Constitutivo da Área de Livre Comércio da Ásia-Austrália-Nova Zelândia (AANZFTA, na sigla em inglês). Esse caminho é um facilitador ao comércio. A Nova Zelândia manifestou posicionamento no mesmo sentido.

As autoridades brasileiras demonstram apoio às manifestações de outros países e preocupações com o assunto. Os seus órgãos governamentais são unânimes em estimular o aprofundamento do tema. Essa é uma forma para subsidiar a atuação oficial nas solicitações de manutenção ou estabelecimento de *import tolerance* por parte dos países importadores.


DIVULGAÇÃO

Não há dúvida de que o acompanhamento do estabelecimento de LMR por parte dos países importadores é de suma importância para o Brasil. Isso ajuda de diversas formas. Primeiro, porque opina no processo decisório dos parceiros comerciais. Segundo, por gerar estratégias de substituição de produtos e tecnologias que atendam as necessidades produtivas e as exigências comerciais no caso de possíveis restrições.

O Instituto de Regulação e Sustentabilidade AGRO está comprometido a elaborar uma proposta de plano estratégico com os participantes e apoiadores do II Workshop sobre limites de resíduos e o mercado internacional, para sensibilizar diferentes atores acerca da importância do tema. ■

UNIÃO EUROPEIA E BRASIL: INGREDIENTES ATIVOS (IAs) QUÍMICOS

União Europeia	Número de IAs	Brasil	Número de IAs
Autorizados	479	Monografias autorizadas	440 (368 químicos)
Não aprovados	852	Monografias excluídas*	104
Químicos aprovados na UE e não aprovados no Brasil	119	Químicos aprovados no Brasil e não aprovados na UE	138
LMR não aprovado no Brasil nas exportações da UE	Brasil aceita LMR para fins de importação	LMRs não aprovados na UE para exportações do Brasil	82 possuem LMR no menor limite de detecção da metodologia

*No Brasil, os ingredientes ativos não aprovados não são incluídos na lista de monografias
Fonte: elaboração própria a partir das monografias da Anvisa e da ActiveSubstances Database Europe (junho de 2019)



AGENDA DE INOVAÇÕES

Desde 2009, a *Agroanalysis* apresenta anualmente o Caderno Especial da Aprosoja-MT. De lá para cá, foram registrados os grandes e frutíferos eventos realizados pela entidade. Nesta oportunidade, três tópicos são foco de apresentação: o tradicional Circuito Agrosoja, na sua 14ª versão, e os projetos Guardião das Águas e Classificador Legal.

DIVULGAÇÃO



Encerramento do 14º Circuito Aprosoja

14º CIRCUITO APROSOJA TEM PÚBLICO RECORDE

Com público de aproximadamente 4 mil pessoas alcançadas, um dos maiores e principais eventos da cadeia produtiva do País, o Circuito Aprosoja chegou a sua 14ª edição com a entrega de informações e debates aos produtores rurais de todas as regiões de Mato Grosso. Para 2019, o evento criado e coordenado pela Associação dos Produtores de Soja e Milho de Mato Grosso (Aprosoja-MT) teve como tema central "Custo + Tributação = Agricultura em Risco". Ao longo de três meses, as equipes da Aprosoja-MT percorreram 24 municípios mato-grossenses, mais a capital, que foi sede do encerramento.

A participação do público foi cerca de 42% superior à de 2018, e somente no encerramento aproximadamente 800 pessoas estiveram presentes no Cenarium Rural, em Cuiabá. Em relação aos produtores rurais associados presentes no evento, houve aumento de aproximadamente 22% se em comparação ao ano passado. O município que proporcionalmente reuniu o maior número de pessoas foi Cláudia (a 567 km da capital), onde quase 60% dos produtores associados participaram do 14º Circuito Aprosoja.

Nessa 14ª edição, a Aprosoja-MT inovou, e, além de palestras, o Circuito também realizou uma mesa-redonda, com momentos disponíveis para perguntas do público, o que permitiu maior integração entre os palestrantes e os produtores rurais, principal foco do projeto. Nos 24 núcleos, participaram dos debates o apresentador e analista de política e economia do Canal Rural Miguel Daoud, o diretor executivo da Aprosoja Brasil, Fabrício Rosa, e o presidente da Aprosoja-MT, Antônio Galvan. A mediação foi realizada pelo jornalista e apresentador do programa Direto ao Ponto, Glauber Silveira. O encerramento contou com a palestra do jornalista William Waack, que versou sobre o tema "Cenário Político-Econômico: Onde Estamos e para Onde Vamos".

O presidente da Aprosoja-MT e vice-presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja Brasil), Antônio Galvan, reiterou que o evento é uma das ações que reforçam o compromisso da entidade com os produtores rurais.

"Com certeza, foram encontros bastante produtivos, com grande presença dos nossos produtores associados, discutindo temas que estão em evidência e são extremamente relevantes ao setor produtivo. Dentro do tema proposto, que trata de custo e tributação, discorremos sobre Lei Kandir, FUNRURAL, FETHAB e tantos outros subtemas sobre os quais precisávamos urgentemente discutir e ouvir nossa base. Com certeza, a Diretoria saiu mais fortalecida e abastecida sobre os anseios dos nossos associados, e os produtores também saem tranquilizados, com muito mais informações e menos dúvidas" avaliou Galvan.

O presidente agradeceu, também, a participação dos produtores associados, familiares e patrocinadores do evento. "Saber do público recorde, que foi o que vimos, presença maciça dos nossos associados em cada núcleo e da aceitação desse novo formato, que avaliamos ser mais democrático, deixa-nos bastante satisfeitos. Nossa Diretoria agradece todos que participaram no interior e no encerramento na capital, nossos colaboradores, patrocinadores e todos que direta e indiretamente trabalharam em prol desse evento", finalizou Antônio Galvan.

Para a realização do evento, a Aprosoja-MT contou com apoio do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e das empresas parceiras Syngenta, Sicredi e SuperBAC.

MAIS DE 90% DAS NASCENTES LOCALIZADAS EM ÁREA DE PLANTIO ESTÃO INTACTAS

Noventa e cinco por cento das nascentes localizadas em áreas agricultáveis, em Mato Grosso, estão preservadas. É o que apontam dados da Aprosoja-MT, por meio do projeto Guardião das Águas, que identifica e classifica nascentes em área de agricultura. Lançado no ano passado, o projeto já realizou levantamento em dez municípios, onde foram identificadas cerca de 10 mil nascentes. A ação tem engajado os produtores rurais a recuperarem as nascentes degradadas, fomentarem a regularização e implementarem a aplicação do Código Florestal.

Apontado até o momento com o maior número de nascentes identificadas, o município de Nova Mutum é também o que mais preserva o bem natural, com 99% das nascentes encontradas em área de plantio e em bom estado de conservação, sendo seguido por Diamantino e Gaúcha do Norte, com 97%. Lucas do Rio Verde, Primavera do Leste e Sorriso apresentam 96% das nascentes conservadas. Em Ipiranga do Norte, 95% estão preservadas.

Dados da Aprosoja-MT apontam, ainda, que os municípios de Vera e Tapurah estão com 94% das nascentes conservadas. A identificação passou, também, por Sinop, que possui 93% bem cuidadas.

Conforme o vice-presidente Sul e coordenador da Comissão Sustentabilidade da Aprosoja-MT, Fernando Ferri, a próxima etapa é a visita *in loco* às localidades por meio do Programa Soja Plus, para instruir o produtor associado sobre os trabalhos de restauro florestal que precisam ser realizados nas fazendas onde houver necessidade de recuperação de área degradada.

Ainda segundo Ferri, outro foco do projeto da Aprosoja-MT é apresentar à sociedade dados concretos do quanto o produtor preserva e cuida do meio ambiente e mostrar que a produção de alimentos de Mato Grosso é aliada à preservação. Já com dez municípios mapeados, a meta para 2019 é que o Guardião das Águas esteja presente em mais dez cidades mato-grossenses.

"Fala-se muito do que está degradado, e o que está conservado não se comenta, mas o produtor rural é o mais interessado nessa preservação, pois sem água é impossível produzir. O que já identificamos é um número muito bom de nascentes conservadas. Então, nosso objetivo é incentivar cada vez mais o produtor rural a ser o guardião das águas, cuidar, preservar, manter intactas e recuperar quando houver necessidade", explicou o vice-presidente.



CLASSIFICADOR LEGAL APRESENTA RETORNO POSITIVO AOS PRODUTORES

Desde a implantação do projeto Classificador Legal, em 2017, a Aprosoja-MT acompanha com mais veemência a classificação dos grãos nas quatro regiões do estado. Por meio da disponibilização de classificadores profissionais, garante mediação confiável e idônea na categorização de grãos. Conforme a Comissão de Defesa Agrícola da entidade, a arbitragem já atinge um terço da produção do estado e impediu que os produtores associados tivessem prejuízos que somam cerca de R$ 1,5 bilhão.

Em 2018, o projeto realizou cerca de 2.000 aferições. Neste ano, já são aproximadamente 1.300 arbitragens, e o objetivo é ultrapassar o número de classificações do ano anterior. "Em relação à soja, são quase R$ 800 milhões que foram retornados para o produtor, em 2018, com diferença de classificação. Sobre o milho, foram em torno de R$ 300 milhões que retornaram ao produtor nessa diferença de arbitragem. Se compararmos os números da arbitragem de todo o projeto, já atingimos cerca de

um terço de toda a produção em Mato Grosso", informou o segundo vice-presidente Sul e coordenador da Comissão de Defesa Agrícola, Jorge Diego Giacomelli.

Para atender as exigências legais do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), a Aprosoja-MT modernizou o Projeto Classificador Legal em 2019 com a aquisição de seis novos aparelhos medidores de umidade, homologados e certificados pelo Inmetro. A melhoria foi via parceria com a empresa Motomco Group, que doou os equipamentos no início deste ano.

Segundo Giacomelli, com os novos aparelhos, além de cumprir a lei, a Aprosoja-MT sai na frente e contribui com mais qualidade na arbitragem das entregas de grãos onde o Classificador Legal for solicitado.

"Existe uma diferença de interesse entre o produtor e o comprador, e a classificação dos grãos só ficava nas mãos do comprador. Então, houve a necessidade de se montar esse projeto, com classificadores oficiais, que realizam os trabalhos dentro das normativas do Ministério da Agricultura. Com os novos aparelhos, que são mais modernos, temos mais segurança ainda em realizar as arbitragens e garantir idoneidade e seriedade na classificação dos grãos, assegurando que nossos produtores serão tratados com cordialidade no momento das aferições", finalizou.



DIVULGAÇÃO

Noventa e cinco por cento das nascentes localizadas em áreas agricultáveis, em Mato Grosso, estão preservadas

SOJA E O TRATAMENTO CONTRA O CÂNCER

Rica em ferro, zinco, cálcio, carboidrato, proteínas e fibras, a soja tem sido uma das aliadas no tratamento de pacientes com câncer em Mato Grosso. Quem passa pela exposição a rádio e quimioterapia fica biologicamente debilitado, e o alimento garante a nutrição essencial. Conforme equipe de nutricionistas do Hospital de Câncer de Mato Grosso (HCan), a maioria dos assistidos na unidade é de pessoas com baixa renda, e a bebida derivada de soja, que é distribuída gratuitamente, substitui outros suplementos alimentares que custam em média R$ 40 (a lata) e duram apenas três dias. O alimento pode ser ingerido via oral ou por sonda.

A soja pode ser consumida em diversas formas, como em grão, carne (derivada), farinha, sucos, entre outros. Os pacientes em tratamento no HCan consomem o extrato do grão em líquido, a bebida de extrato de soja. Conforme a nutricionista da unidade, Juliana Carrasco Fontes, por mês, cerca de oitenta pacientes do HCan ingerem o líquido que garante a eficácia do produto.

A especialista explica, ainda, que a grande maioria dos pacientes é de baixa renda. Eles vêm de diversos municípios do interior de Mato Grosso e até de outros estados. Sem a ingestão da bebida de soja, o paciente fica mais debilitado, o que contribui com a morosidade e até o fracasso do tratamento. Via oral ou sonda, o alimento em estado líquido é essencial para eles. "Essa bebida distribuída para os pacientes é essencial para nutrição e tratamento, já que a alimentação corresponde a cerca de 50% do tratamento do paciente oncológico. Sem ela, eles teriam que comprar um suplemento alimentar que, para muitos deles, é de custo muito alto – uma lata para, no máximo, quatro dias custa, em média, R$ 40. E não há como continuar o tratamento de rádio e quimioterapia com muita debilitação biológica, o que gera um atraso no encerramento do tratamento. Se eu não consigo recuperá-lo, ele não terá o tratamento correto", explicou.

Outra nutricionista do HCan, Camila Ferreira Nafioletti, contou que pacientes oncológicos com alta também levam a bebida para garantir a nutrição ideal. Muitos encontram-se em tratamento, mas podem permanecer em casa. Ela explica que garantir a nutrição ideal desses pacientes também é importante, pois evita internação, que gera mais custos hospitalares. "Essa bebida é fundamental, assim como o tratamento com medicamentos. Sem esses suplementos, aumenta-se o risco de internação do paciente, o que acarreta custo hospitalar. Então, o HCan também fornece gratuitamente a bebida para os pacientes levarem e beberem em casa", disse.



DIVULGAÇÃO

Bebida derivada de soja que é distribuída gratuitamente

"A boa nutrição garante, também, o estado emocional e social do paciente. Se ficar muito debilitado, vai permanecer mais na cama, sem ânimo, não vai querer ter muito contato social, acaba deprimido, não vai querer nem ter forças pra andar e sair de casa, afetando-se, então, pontos do tratamento desse paciente", complementou Juliana.

Um dos pacientes oncológicos do HCan é o senhor Dorvalino Sander, 56, que ingere a bebida via sonda. Ele trata câncer na região gástrica e já recebe a bebida de soja desde dezembro do ano passado. Antes debilitado, agora encontra-se mais forte para continuar o tratamento. "Fiquei mais forte, senti menos impacto no tratamento; é muito bom", disse.

O HCan recebe a bebida para distribuição por meio do projeto Agrosolidário, desenvolvido pela Aprosoja-MT. As bebidas são de diversos sabores, como uva, chocolate, morango, laranja e

DIVULGAÇÃO



Leito do Hospital de Câncer de Mato Grosso, construído com recursos da Aprosoja-MT

banana. O presidente da Associação, Antônio Galvan, garantiu para 2019 a permanência da parceria. Além do suplemento alimentar, a Aprosoja-MT já contribuiu com compra de equipamentos e construção de uma nova ala de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) infantil. "Nosso projeto atende mais de setenta instituições em todo o estado. Conhecemos de perto a importância dessa bebida para os pacientes oncológicos. A Aprosoja-MT reafirma o compromisso do fornecimento do alimento e garante que trabalhará para ajudar com outros recursos. A Aprosoja-MT tem orgulho em conduzir um projeto que tem esse olhar mais humano e tão necessário", disse o presidente.

Coordenadora de relações institucionais do HCan, Silvia Negri contou que a unidade sobrevive de doações e que projetos como o Agrosolidário garantem a qualidade nos atendimentos prestados na unidade hospitalar. "A distribuição da bebida de soja é algo que ajuda muito os pacientes oncológicos aqui do Hospital de Câncer. Esse suplemento ajuda tanto os pacientes internados, na melhoria da nutrição deles, quanto os que recebem alta. O Hospital está fazendo vinte anos, e a Aprosoja-MT está conosco há muito tempo, colaborando com a construção da UTI infantil, compra de equipamentos e continuamente com a bebida de soja. Só temos a agradecer à Associação por estar conosco e por aceitar cada novo desafio", disparou.

AGROSOLIDÁRIO

Desde 2009, a Aprosoja-MT mantém o projeto que atua em parceria com creches, asilos, hospitais e entidades filantrópicas, como o HCan, a Santa Casa de Cuiabá, o Projeto Flauta Mágica, entre outros, que, ao todo, somam 74 entidades distribuídas em trinta cidades mato-grossenses. Por meio da ação, são distribuídas bebidas de extrato de soja, com alto valor nutricional, e também recursos financeiros como forma de contribuir com o andamento dos trabalhos de cada entidade.

O presidente Antônio Galvan enfatizou que as ações são frutos do trabalho dos mais de 5,8 mil produtores associados. "Estivemos em muitas dessas instituições e vemos a importância desse trabalho do produtor rural por meio da Aprosoja-MT. Vamos continuar juntos com esse projeto, garantindo que os nossos mais de 5.800 associados façam o trabalho social por meio dele", finalizou. ■

PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL (PRA) É JULGADO PROCEDENTE

FÁBIO DE SALLES MEIRELLES

Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP)



NO ÚLTIMO dia 5 de junho, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ/SP) finalmente julgou a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 2100850-72.2016.8.26.0000, permitindo, assim, com a publicação do respectivo acórdão, a retomada da implementação do Programa de Regularização Ambiental (PRA) no estado de São Paulo, que estava paralisado desde 2015.

A referida ADI foi julgada procedente em parte, com apenas duas hipóteses de inconstitucionalidade (Art.12, §§ 1º e 3º e Art. 17, *caput* e §1º) e três de interpretação conforme (Art. 28, parágrafo único, Art. 35, §1º e Art. 40, parágrafo único).

A decisão, unânime, reconheceu a constitucionalidade do PRA e representa um enorme avanço para a efetivação dos dispositivos amplamente discutidos no Congresso Nacional na aprovação do Código Florestal.

Na sua decisão, o desembargador relator Jacob Valente afirmou que a Lei Estadual nº 15.684/15, que dispõe sobre o PRA das propriedades e dos imóveis rurais, não importa em retrocesso ambiental.

O referido desembargador reforçou, ainda, que o Supremo Tribunal Federal (STF) já reconheceu a constitucionalidade do Código Florestal, ocasião em que julgou as 3 (três) ADIs e 1 (uma) Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC).

Além disso, o TJ/SP afastou a alegação de que a lei teria invadido a competência da União Federal. A decisão proferida no acórdão estabeleceu que a matéria ambiental tem competência concorrente, ou seja, a União estabelece as normas gerais (ex.: Código Florestal) e os estados exercem a capacidade suplementar, inclusive de regulamentação.

A decisão concluiu, também, pela constitucionalidade do Art. 27, que dispõe sobre a regularização das Áreas Consolidadas em Áreas de Reserva Legal, ratificando, ainda, que os proprietários rurais que realizaram supressão de vegetação nativa respeitando os limites impostos pela legislação em vigor à época em que ocorreu a supressão estão dispensados de promover a recomposição, compensação ou regeneração para os percentuais de Reserva Legal exigidos pelo Código Florestal.

A FAESP, que buscou demonstrar por todos os meios em direito admitidos a importância de sua participação como *amicus curiae* na referida ADI, reconhece a relevante atuação dos parlamentares envolvidos na elaboração da Lei Estadual nº 15.684/15 e o apoio das Secretarias de Estado da Agricultura e Meio Ambiente para apaziguar as controvérsias e contribuir para a efetivação do PRA no estado de São Paulo.

O julgamento proporciona a almejada segurança jurídica no meio rural, posto que os proprietários rurais poderão, agora, contar com os mecanismos que asseguram a regularização dos passivos ambientais de suas propriedades.

Nesse sentido, devemos divulgar esse importante julgamento do TJ/SP, assim como auxiliar os produtores rurais no adequado ajustamento de suas áreas junto às autoridades ambientais, de maneira que possam continuar a exercer suas atividades com a dedicação e amor à terra que a agricultura gera em todos os homens e mulheres do campo. ■

A ARTE DE PRODUZIR ALIMENTOS E PROVAR A INOVAÇÃO

FÁBIO KAGI

Gerente adjunto de Inovação e Sustentabilidade da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef)

RECENTEMENTE, VI uma mensagem circulando na internet que me chamou bastante a atenção. A frase, em tom de desabafo, era a seguinte: "Agricultura: a arte de perder dinheiro enquanto se trabalha quatrocentas horas por mês para alimentar pessoas que acham que você está tentando matá-las".

O fato de a mensagem ter se espalhado com considerável rapidez, principalmente no segmento agro, revela que o agricultor está cansado de ser desacreditado e de não ter o seu trabalho valorizado, tanto pela mídia, quanto pela sociedade urbana. Muito disso se deve às *fake news* que são disseminadas e geram alarde sem fundamento sobre alimentos envenenados com resíduos, águas contaminadas com produtos químicos, agronegócio que desmata áreas de preservação etc. As denúncias descabidas são variadas, mas colocam sempre a produção de alimentos como vilã do meio ambiente e da saúde da população.

Felizmente, na contramão do exposto acima, os dados mostram outra visão dos agricultores. Em 2013, a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) e a Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) conduziram uma pesquisa focada na percepção da população brasileira sobre o agronegócio local. Nela, foi possível notar que 81% dos respondentes nas capitais brasileiras consideravam o agronegócio muito importante para a economia, com ampla capacidade de gerar empregos. Outra pesquisa, de 2017, conduzida pela Plant Project, mostrou que 96% dos entrevistados acreditavam que, caso o Brasil resolvesse assumir internacionalmente a sua vocação de país do agronegócio, seria motivo de orgulho.

Entretanto, essa segunda pesquisa mostrou, também, dados preocupantes: apesar de 65% responderem que a atividade de produção rural é moderna e inovadora, que utiliza tecnologia de ponta para aprimorar os seus processos de produção e que o produtor rural brasileiro é uma pessoa atualizada, apenas 35% afirmaram ser necessário o uso de defensivos para se obter uma produção em larga escala na agricultura.

Além do esperado desconhecimento da população urbana sobre a dificuldade de controle das pragas sem o uso de produtos químicos, provavelmente foi também ignorado o impacto sobre a economia dos danos causados pelas pragas. Dados da consultoria MB Agro indicam prejuízos potenciais da redução em 10% da produtividade nos principais cultivos do Brasil, revelando perdas da ordem de R$ 26 bilhões no Valor Bruto da Produção (VBP), com queda de R$ 7 bilhões na arrecadação de impostos federais e outros R$ 3 bilhões em ICMS, além da capacidade de perda de 1,5 milhão de empregos, valor bastante significativo em um país que já tem 13 milhões de desempregados.

Essa visão errônea da sociedade sobre o uso de produtos químicos no combate às pragas tem origem no desconhecimento e em distorções da realidade criadas por figuras públicas que propagam informações negativas sem conhecimento aprofundado do assunto. Nesse sentido, a campanha AgroSaber visa esclarecer a sociedade sobre o tema e oferecer informações sobre a produção de alimentos e como eles chegam à mesa do consumidor no Brasil. Você pode tirar dúvidas e buscar mais informações em www.agrosaber.com.br. ■



DIÁRIO DE BORDO
ÁGUA

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (FGV Agro), embaixador especial da FAO para as Cooperativas e presidente do LIDE Agronegócios

NO MÊS passado, foi celebrado o Dia do Meio Ambiente, e o tema, sempre apaixonante, foi debatido com mais intensidade do que o normal, sobretudo por causa das mudanças no Ministério do Meio Ambiente (MMA) no novo governo.

Como durante os ásperos debates que antecederam a promulgação do Código Florestal em 2012, há muitas críticas e muitos aplausos a tais mudanças e, em ambos os lados, sobram argumentos válidos. O Código Florestal, já se sabe, não tem a dimensão que deveria ter, sobretudo porque falta ciência nas definições ali contidas, mas, depois de anos de discussões, às vezes radicais, venceu a democracia, e com uma característica: ninguém gostou do resultado, mostrando o equilíbrio deste. Mas, não é hora de mudar o Código. Temos que implementá-lo com a aplicação integral do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a regulamentação dos Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA), ambos notáveis avanços.

O presente debate sobre a nova orientação do MMA vai acabar chegando, também, a um bom termo, porque todos querem acertar. Duas questões polêmicas, aliás, já ficaram para trás, felizmente: uma que considerava a própria extinção do MMA, e outra que sinalizava a saída do Brasil do Acordo do Clima. Agora, é debater e acertar o rumo.

E o agro vem fazendo a sua parte, em função de uma tecnologia sustentável aqui desenvolvida, e segue avançando com o Plano ABC, com a matriz energética de 47% renovável, com defensivos agrícolas menos agressivos ao ambiente, com aumento de florestas plantadas, e assim por diante.

Mas, há temas que precisam ser mais trabalhados sob a luz da tecnologia, e um deles é a irrigação, muito ligado à sustentabilidade, palavra-chave para a competitividade.

Segundo o Atlas da Irrigação, editado no ano passado pela Agência Nacional de Águas (ANA), o Brasil tem cerca de 7 milhões de hectares irrigados, menos do que 10% do total das terras agricultadas. É pouco, mas essa área cresceu 53% de 2006 a 2015 (são os dados disponíveis), e isso sim é um número significativo. O maior crescimento foi no Centro-Oeste (103%), seguido por Norte (77%), Sudeste (68%), Sul (37%) e Nordeste (16%). Há aí uma certa contradição, uma vez que o Nordeste é a região mais seca do Brasil e, portanto, a que mais demandaria irrigação. Mas, explica-se exatamente pela falta de água, o que deverá ser mitigado com a célebre transposição do rio São Francisco, quando ficar pronta. Já a área irrigada do Sul deve-se ao sistema de plantação de arroz por inundação, que vem sendo usado em outras culturas, sobretudo permanentes, por modelos economizadores de água, como o gotejamento. De acordo com a ANA, temos um potencial efetivo de incorporação de novas áreas da ordem de 11,2 milhões de hectares, isto é, 150% a mais do hoje cultivado. Mas, a projeção de expansão até 2030 fica em apenas 3,14 milhões de hectares, dadas, principalmente, as dificuldades burocráticas para acessar água. Contudo, esse é um tema de suma importância para o agro brasileiro: reduz riscos climáticos (que é a maior incerteza do setor) e tem baixo custo relativo de investimento se considerarmos o preço da terra.

Em suma, políticas estruturadas para irrigação podem melhorar muito a sustentabilidade do nosso agro, com mais ganhos para todo mundo. ■

O Código Florestal deve ser implantado com a aplicação integral do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a regulamentação dos Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA).

PRODUZIR

RETIRADA DA APOSENTADORIA RURAL NÃO IMPACTA REFORMA DA PREVIDÊNCIA

MARCELO LEMOS DE MELO
Diretor jurídico da Sociedade Rural Brasileira (SRB)



A RETIRADA da aposentadoria rural da reforma da previdência era uma medida necessária diante da realidade de alguns trabalhadores do campo. A proposta é dada justamente para amparar uma camada vulnerável da população, já que esse modelo de aposentadoria está restrito aos produtores rurais em economia familiar, beneficiando somente segurados em situação de notável carência financeira ou que não podem comprovar o tempo de trabalho. Seguindo a mesma linha, a relatoria retirou da proposta original, também, os idosos pobres e portadores de deficiência que recebem Benefício de Prestação Continuada (BPC).

A primeira coisa a se esclarecer é que a exclusão da aposentadoria rural em nada impacta o projeto orçamentário do Governo. Assim como o Bolsa Família e o próprio BPC, esse modelo de aposentadoria está enquadrado como um programa de assistência social. Prova disso é que a verba para o pagamento do benefício tem origem no Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), e não do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). Esse já é um motivo suficiente para a saída da modalidade da reforma da previdência.

Tanto a previdência social quanto a assistência social integram a seguridade social, mas há uma grande diferença na natureza de ambas: a exigência da contribuição dos seus segurados. A contribuição é a essência da previdência social, já que o sistema é contributivo. O mesmo não acontece para a assistência social, em que a aposentadoria rural está enquadrada. Nesse caso, a Constituição Federal é clara no Art. 203, que expressa a inexistência de contribuição do segurado: "A Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à Seguridade Social".

A contribuição é a essência da previdência social já que o sistema é contributivo, devendo haver previsão de fundo de custeio para arcar com os gastos provenientes da concessão e da manutenção de benefícios previdenciários.

Cabe esclarecer, então, que os trabalhadores rurais com carteira assinada ainda devem continuar contribuindo para ter direito ao benefício da aposentadoria. Esses, que podem comprovar o tempo de trabalho, continuam fazendo parte da reforma normalmente. Ao contrário do que tentam fazer parecer algumas informações desconexas encontradas nas plataformas digitais e divulgadas por parlamentares, não há qualquer benefício diferenciado para o agronegócio.

O benefício, no valor de um salário-mínimo, é pago atualmente ao trabalhador rural com 65 anos ou mais que comprove não possuir meios de se sustentar. A proposta do Governo reduzia esse valor para R$ 400 e aumentava a idade mínima para as mulheres, de 55 para 60 anos. As mudanças ainda colocariam em risco os produtores informais, sobretudo as mulheres, muitas vezes condicionadas a um regime de trabalho mais exigente.

A justiça e a isonomia dependem do reconhecimento de disparidades sociais impostas a produtores informais. O tratamento diferenciado concedido a alguns trabalhadores rurais justifica-se pela sazonalidade da atividade, que dificulta que tenham rendimento regular e contribuam mensalmente com a previdência social. ■

Medida não impacta projeto orçamentário do Governo e faz justiça a trabalhadores mais vulneráveis do campo.



OPINIÃO

DESAFIOS DO SETOR SUCROENERGÉTICO

GUSTAVO DINIZ JUNQUEIRA
Secretário da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

A COMEMORAÇÃO dos cinquenta anos do Centro de Tecnologia Canavieira (CTC) fecha com chave de ouro a agenda do setor sucroalcooleiro no primeiro semestre de 2019. Tive a oportunidade de participar de três grandes eventos, nacionais e internacionais, que buscam soluções para a retomada econômica do setor que representa 45% do Produto Interno Bruto (PIB) do agro do estado de São Paulo. Em conjunto com o governador João Doria, estive em Nova York, no Sugar Dinner, e em São Paulo, no Ethanol Summit, além, é claro, das festividades do meio século do CTC.

É essencial debater sobre as principais barreiras e desafios para a retomada do crescimento e da perenidade das indústrias globais de açúcar e etanol.

O Brasil é o maior produtor de cana-de-açúcar do mundo, e São Paulo, por sua vez, é responsável por 55% da produção canavieira do País – 48% do etanol e 37% do açúcar. Graças ao empreendedorismo brasileiro e aos esforços paulistas, o setor tem focado no desenvolvimento de tecnologias e inovação, como as pesquisas para a produção de biogás e biometano e o etanol de 2ª geração – o etanol 2G –, que poderá aumentar a produção em até 50% sem qualquer aumento da área de cultivo.

Também quando falamos em sustentabilidade e economia circular, o setor sucroenergético destaca-se pela diversidade de seus produtos e pelas suas externalidades positivas. Toda essa cadeia produtiva está comprometida com a proteção da biodiversidade. A sustentabilidade, econômica, social e ambiental, está no DNA do setor sucroenergético.

Apesar de termos uma história de sucesso, ainda há muito a ser feito. Muitos são os desafios enfrentados pelo setor, como o custo e a produtividade da lavoura.

O açúcar tem sofrido fortemente com distorções no comércio internacional, afetando a competitividade brasileira. A prática de subsídios à exportação, a manutenção artificial dos preços, as sobretaxas – de quase 90% em alguns casos – impostas à importação do produto brasileiro restringem e protegem diversos mercados e produtores internacionais, como Estados Unidos, União Europeia, Rússia, Japão e China.

Lutar contra o protecionismo e os subsídios para produção e exportação, bem como abrir mercados e derrubar as barreiras de importação, não só do açúcar, mas também do etanol brasileiro, deve ser um trabalho conjunto e integrado de todos os agentes envolvidos no ecossistema desse setor. O governo do estado de São Paulo abrirá os seus escritórios no exterior justamente para atuar como facilitador de exportações e, também, atrair investimentos para o estado.

O papel do setor privado é fazer o que já tem feito nos últimos anos, cada vez mais com foco em gestão e inovação e sempre em busca de flexibilidade na produção e no aumento da produtividade. É por meio do desenvolvimento de tecnologias disruptivas e de alto impacto que teremos significativos ganhos de produtividade e flexibilidade na produção.

Cada um deve fazer a sua parte – em bases liberais, com visão de longo prazo, estruturas sólidas para investimentos, gestão e integração. Os setores público e privado têm cada um o seu papel, mas devem convergir para um mesmo objetivo: reaquecer a economia paulista para investimentos e acesso a novos mercados. ■

O governo do estado de São Paulo abrirá escritórios no exterior para atuar como facilitador das exportações e atrair investimentos para o estado.

REFLEXÃO

O MOMENTO É DECISIVO

MARCELLO BRITO

Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)



REDUZIR O dramático quadro deficitário das contas públicas brasileiras e, ao mesmo tempo, fazer o estado recuar a um tamanho onde não sejam tão grandes os entraves que o seu gigantismo costuma provocar na dinâmica de uma economia moderna e minimamente aberta: essa deve ser a urgência prioritária das lideranças brasileiras. O contrário disso é flertar com o abismo.

Nesse sentido, o momento é crucial para o desenvolvimento econômico e, por consequência, para o futuro do agronegócio. Além da reforma da previdência, cujos efeitos serão sentidos no longo prazo, há a necessidade premente de seguirmos com as demais reformas, iniciando pela tributária, que simplifique, unifique e reduza impostos, taxas e burocracia. A firmeza com que essa agenda for conduzida estabelecerá novas bases para os investidores avaliarem o risco do País, o que contribuirá para que se encontre um ponto de retomada consistente para o crescimento da economia, criando condições para desenhar melhor um modelo agrícola mais adequado ao País.

E as bases para o necessário avanço do agro brasileiro na direção de maior competitividade mundial estão lançadas. Elas se traduzem na elevada capacidade empreendedora dos produtores rurais, na excelência dos institutos de pesquisa e demais instituições acadêmicas ligadas ao agro e, também, em políticas públicas bem executadas. Foi graças a toda essa confluência de ações coordenadas pelos setores público e privado que o País tem escrito uma história de sucesso mundial na produção de grãos, proteínas e energia.

Vale ressaltar que tudo isso foi conseguido apesar de políticas protecionistas praticadas por diversos países, alguns deles competidores diretos na produção de *commodities*. Mas, devemos seguir atentos e ter um olhar estratégico para atrair investimentos, desenvolver políticas públicas adequadas e ordenar um ambiente institucional, jurídico, tecnológico e empresarial propício para a expansão e a consolidação de negócios.

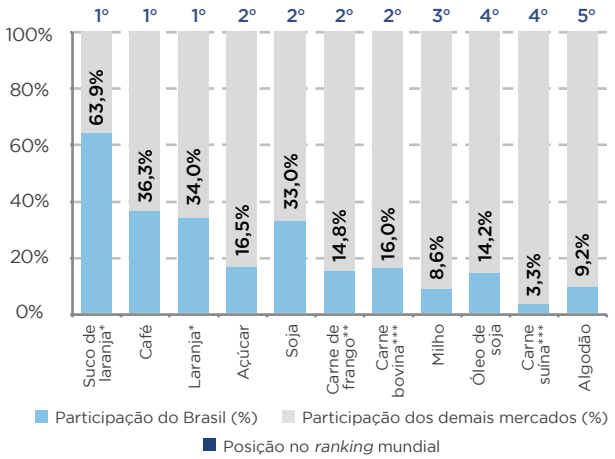
Quando se olha para o cenário externo, notamos que há uma conjunção de variáveis que ratifica a necessidade de o Brasil seguir ampliando a sua produção de alimentos nas próximas décadas em decorrência do crescimento da população do Planeta, do acelerado processo de urbanização, do incentivo ao consumo de biocombustíveis e do aumento de renda em países em desenvolvimento. Nesse contexto, destaca-se a China, principal parceiro comercial do Brasil e que vem fazendo uma reforma radical na sua política ambiental, com o anúncio de investimento de US$ 360 bilhões em energia limpa até 2020. Sendo assim, a posição brasileira deve estar alinhada com essa visão estratégica em relação à sustentabilidade.

Exatamente para consolidar entre as lideranças do agro todo esse cenário nacional e mundial desenhado para o setor, o Congresso Brasileiro do Agronegócio (CBA), organizado pela ABAG e pela B3, e que será realizado em 5 de agosto, em São Paulo, promoverá uma ampla discussão sobre as nossas fragilidades, como o custo Brasil, as deficiências na infraestrutura e na logística, assim como a necessidade da criação de mecanismos financeiros eficientes para alavancar o crescimento do setor. Mas, a edição de 2019 do CBA também será o momento de olhar para os avanços obtidos nas últimas décadas e tirar lições para as próximas. ■

O Congresso Brasileiro do Agronegócio (CBA), que será realizado em 5 de agosto, em São Paulo, promoverá o debate sobre os problemas do País que afetam a competitividade do agronegócio brasileiro.

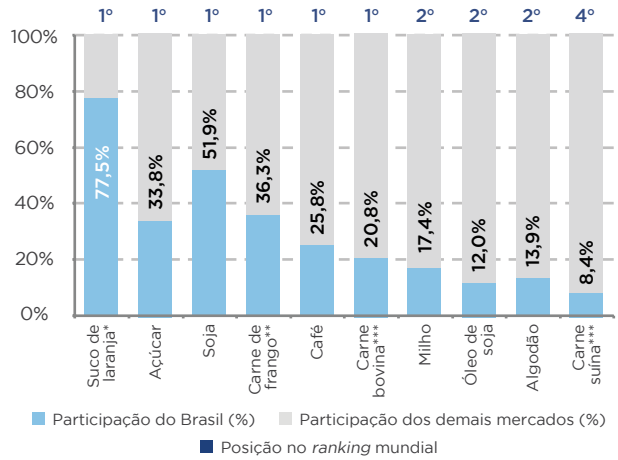
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO PRODUTOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2018/19



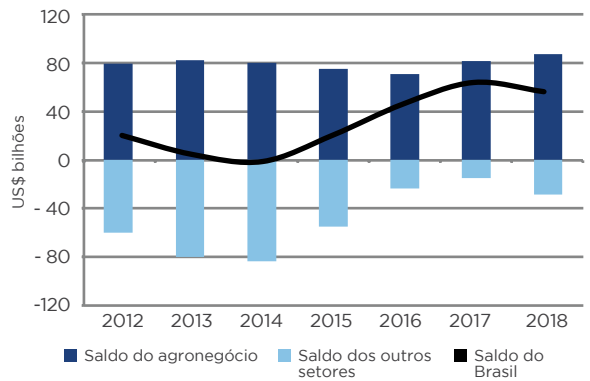
*2017/18; **2018; ***2019
Fonte: USDA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO EXPORTADOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2018/19



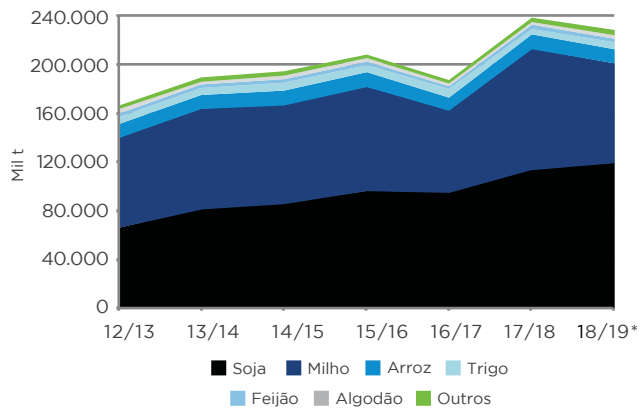
*2017/18; **2018; ***2019
Fonte: USDA; CNA

BRASIL: EVOLUÇÃO DO SALDO DA BALANÇA COMERCIAL



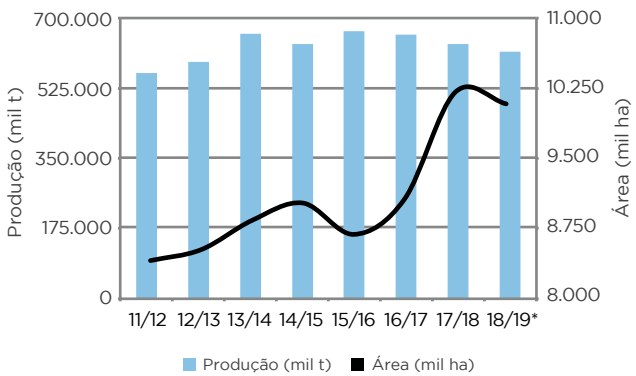
Fonte: SECEX

BRASIL: PRODUÇÃO DE GRÃOS POR PRODUTO



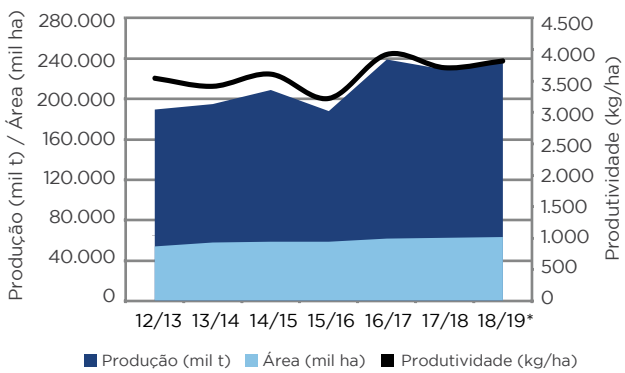
*Previsão em janeiro de 2019
Fonte: Conab

BRASIL: ÁREA E PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR



*Previsão em fevereiro de 2019
Fonte: UNICA; Conab

BRASIL: ÁREA PLANTADA COM GRÃOS, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE



*Previsão em janeiro de 2019
Fonte: Conab

CONGRESSO BRASILEIRO DO AGRONEGÓCIO ABAG E B3

AGRO: MOMENTO DECISIVO



2019

5 DE AGOSTO

SHERATON WTC
SÃO PAULO HOTEL

abag

[B]³ BRASIL BOLSA BALCÃO

Patrocínio Diamante

BAYER

CORTEVA™ agriscience

Patrocínio Ouro

agroceres

bradesco

Patrocínio Prata

ANDEF

BASF

CASE IH AGRICULTURE RETHINK PRODUCTIVITY

cooxupé

FPT POWERTRAIN TECHNOLOGIES

inpEV

jacto

Mosaic Fertilizantes

NEW HOLLAND AGRICULTURE SEMPRE COM VOCÊ

pwc

Rabobank

SistemaOCB CNCOOP · OCB · SESCOOP

Tereos

Apoio Institucional

SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO
Secretaria de Agricultura e Abastecimento

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL

INSCRIÇÕES E INFORMAÇÕES
www.cbaabagb3.com.br

FGV PROJETOS

A FGV PROJETOS, UNIDADE DE ASSESSORIA TÉCNICA DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, EM PARCERIA COM O CENTRO DE AGRONEGÓCIOS DA FGV (GV AGRO), DESENVOLVE PROJETOS EM AGRONEGÓCIO NO BRASIL E EM 15 PAÍSES NO EXTERIOR.

- ESTUDOS E PESQUISAS
- ESTRATÉGIAS DE CRESCIMENTO
- GESTÃO PARA REDUÇÃO DE CUSTOS
- ANÁLISE DE MERCADO E DE CADEIAS PRODUTIVAS
- ADEQUAÇÃO AO MEIO AMBIENTE E AO CÓDIGO FLORESTAL

NOSSAS SOLUÇÕES SÃO PLANEJADAS PARA ATENDER ÀS DEMANDAS ESPECÍFICAS DE CADA ORGANIZAÇÃO

Projetos desenvolvidos para:

BID, VALE, Fibria, UNICA, ABC Agência Brasileira de Cooperação, Ministério das Relações Exteriores, Governo Federal, Brasil

CONTATO:
(21) 3799-6039
DEMANDAS.FGVPROJETOS@FGV.BR
WWW.FGVPROJETOS.FGV.BR

FGV THINK AGRO
Think Tank do Agronegócio Brasileiro